

## A prevenção do abuso sexual numa amostra de catequistas: avaliação de necessidades e crenças sobre a problemática

Inês Sofia de Jesus Cordeiro

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientador(a)

Professora Doutora Joana Celeste Dias Alexandre, Professora Auxiliar  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024





CIÊNCIAS SOCIAIS  
E HUMANAS

---

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

A prevenção do abuso sexual numa amostra de catequistas: avaliação de necessidades e crenças sobre a problemática

Inês Sofia de Jesus Cordeiro

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora

Professora Doutora Joana Celeste Dias Alexandre, Professora Auxiliar  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024



## **Agradecimentos**

A conclusão desta dissertação reflete não só o meu esforço, mas também o apoio e incentivo de todos os que me acompanharam neste percurso. A todos eles, deixo aqui o meu reconhecimento e sincero agradecimento.

À Professora Doutora Joana Alexandre, expresso o meu agradecimento pelo incentivo e confiança depositada em mim perante todos os desafios e obstáculos que enfrentei. O seu apoio foi essencial para que eu acreditasse na concretização deste objetivo.

Aos participantes, que se mostraram disponíveis e interessados permitindo a recolha dos dados necessários à realização desta dissertação.

À minha família, que sempre esteve presente ao longo de todo o meu percurso académico, desde a licenciatura ao mestrado, e que, durante a fase de escrita desta dissertação, me amparou com o mesmo carinho e dedicação.

Ao meu companheiro, pelo suporte constante nos momentos de maior desânimo, ajudando-me a superar as inseguranças e a ansiedade, e pela motivação que me deu para concluir este trabalho.

Às minhas colegas e amigas, Márcia Pereira e Alesia Doros, por serem uma constante fonte de apoio, por me ouvirem e ajudarem, mesmo enquanto enfrentavam os próprios desafios das suas dissertações.

À minha família da dança, por toda a compreensão e apoio ao longo deste período. Agradeço todas as palavras de força e incentivo que me deram e a honra de ser vista por eles como um exemplo a seguir.

Finalmente, à minha orientadora de estágio, Joana Silva, e à psicóloga Andreia Domingues, que continuaram a apoiar-me e a motivar-me, mesmo após a conclusão do meu estágio curricular. Agradeço o apoio e a orientação fundamentais ao longo deste caminho.

Aqui fica o meu sincero reconhecimento e gratidão por todo o apoio recebido ao longo deste percurso.



## **Resumo**

A prevenção do abuso sexual infantil constitui uma responsabilidade primordial da sociedade, exigindo estratégias eficazes e colaborativas que assegurem a proteção, os direitos e o desenvolvimento saudável das crianças. A exposição mediática de casos na Igreja Católica, tanto em Portugal como globalmente, reforça a necessidade de medidas preventivas que garantam ambientes seguros, promovam a responsabilização e restaurem a confiança na instituição. A presente dissertação tem como objetivo compreender a perceção dos catequistas face à prevenção do abuso sexual infantil, mais concretamente 1) qual o nível de conhecimento sobre violência sexual de crianças ou pessoas especialmente vulneráveis; 2) em que medida se sentem agentes de prevenção, procurando perceber-se se se sentem confortáveis e capazes de assumir este papel; 3) que necessidades sentem em termos formativos nesta matéria. Para o efeito, foi escolhida uma metodologia mista, com um estudo quantitativo e um estudo qualitativo (grupo focal). Os resultados mostram que os catequistas valorizam a formação nesta área para serem capazes de recorrer a materiais ou programas de prevenção, mas consideram que a responsabilidade é, sobretudo, das famílias e que o tempo na catequese é limitado para abordar o tema, reforçando a importância de incluí-las nas ações de formação e prevenção. Em síntese, reconhecem a importância da prevenção e veem-se como agentes preventivos, embora com alguma incerteza quanto ao seu papel e aos temas a tratar. Desta forma, este estudo inovador permitiu conhecer a realidade e perspetiva dos catequistas, contribuindo para uma melhor compreensão do abuso sexual no contexto religioso.

**Palavras-chave:** Prevenção do abuso sexual; Igreja Católica; Catequistas; Metodologias mistas

### **PsycInfo Codes:**

2920 Religion

2956 Childrearing & Child Care





## **Abstract**

The prevention of child sexual abuse is a primary responsibility of society, requiring effective and collaborative strategies to ensure the protection, rights, and healthy development of children. The media exposure of abuse cases in the Catholic Church, both in Portugal and globally, emphasizes the need for preventive measures that ensure safe environments, promote accountability, and restore trust in the institution.

This dissertation aims to understand the perception of catechists regarding the prevention of child sexual abuse, specifically: 1) their level of knowledge about sexual violence against children or particularly vulnerable individuals; 2) the extent to which they see themselves as prevention agents, assessing their comfort and competence in this role; and 3) their perceived training needs in this area.

A mixed-method approach was chosen, involving a quantitative study and a qualitative study (focus group). The findings show that catechists value training in this area to effectively use prevention materials or programs. However, they view responsibility as primarily belonging to families and note that catechesis time is limited for addressing the topic, reinforcing the importance of including families in training and prevention actions. In summary, they recognize the importance of prevention and view themselves as preventive agents, albeit with some uncertainty about their role and the topics to address.

Thus, this innovative study provided insight into the reality and perspective of catechists, contributing to a better understanding of sexual abuse within the religious context.

**Key-words:** Prevention of sexual abuse; Catholic church; Catechists; Mix-methos approach

**PsycInfo Codes:**

2920 Religion

2956 Childrearing & Child Care



# Índice

|                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Agradecimentos</b> .....                                                                               | i   |
| <b>Resumo</b> .....                                                                                       | iii |
| <b>Abstract</b> .....                                                                                     | v   |
| <b>Capítulo I. Enquadramento Conceptual e Empírico</b> .....                                              | 3   |
| <b>1.1. Violência</b> .....                                                                               | 3   |
| 1.1.1. Tipos de violência .....                                                                           | 3   |
| 1.1.2. Violência Sexual Infantil .....                                                                    | 5   |
| <b>1.2. Abuso sexual</b> .....                                                                            | 5   |
| 1.2.1. Enquadramento legal do crime de abuso sexual .....                                                 | 6   |
| 1.2.2. Abuso sexual em números .....                                                                      | 6   |
| 1.2.3. Contextos .....                                                                                    | 8   |
| 1.2.4. Abuso sexual na Igreja Católica .....                                                              | 9   |
| 1.2.5. <i>Grooming</i> ou estratégias da pessoa agressora e fatores de risco e proteção das vítimas ..... | 10  |
| 1.2.6. Impactos na vítima .....                                                                           | 12  |
| 1.2.7. Fatores que interferem no processo de revelação .....                                              | 14  |
| <b>1.3. Prevenção do Abuso Sexual</b> .....                                                               | 15  |
| 1.3.1. Tipologia .....                                                                                    | 15  |
| 1.3.2. Eficácia .....                                                                                     | 16  |
| 1.3.3. Benefícios .....                                                                                   | 16  |
| 1.3.4. Temas abordados .....                                                                              | 16  |
| 1.3.5. Programas e materiais de prevenção em Portugal .....                                               | 17  |
| 1.3.6. Prevenção no contexto da Igreja Católica .....                                                     | 17  |
| <b>1.4. Estrutura da Igreja Católica em Portugal</b> .....                                                | 18  |
| <b>1.5. Objetivos do estudo</b> .....                                                                     | 19  |
| <b>Capítulo II. Método</b> .....                                                                          | 20  |
| <b>2.1. Estudo 1</b> .....                                                                                | 20  |
| 2.1.1. Participantes .....                                                                                | 20  |
| 2.1.2. Instrumento .....                                                                                  | 21  |
| 2.1.3. Procedimento .....                                                                                 | 21  |
| <b>2.2. Estudo 2</b> .....                                                                                | 23  |
| 2.2.1. Participantes .....                                                                                | 23  |
| 2.2.2. Instrumento .....                                                                                  | 23  |
| 2.2.3. Procedimento .....                                                                                 | 24  |

|                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Capítulo III. Resultados</b> .....                                               | 26 |
| 3.1. Estudo 1.....                                                                  | 26 |
| 3.2. Estudo 2.....                                                                  | 32 |
| <b>Capítulo IV. Discussão</b> .....                                                 | 40 |
| 4.1. Estudo 1.....                                                                  | 40 |
| 4.2. Estudo 2.....                                                                  | 42 |
| <b>Capítulo V. Conclusão Geral</b> .....                                            | 43 |
| <b>Referências</b> .....                                                            | 48 |
| <b>Anexos</b> .....                                                                 | 56 |
| <b>Anexo A – Avaliação de Necessidades: Questionário Qualtrics – Estudo 1</b> ..... | 56 |
| <b>Anexo B – Guião do Grupo focal – Estudo 2</b> .....                              | 64 |
| <b>Anexo C – Consentimento informado – Estudo 2</b> .....                           | 67 |

## Índice de quadros

|                                                                                                      |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Gráfico 1</b> – Detenções Relativas aos Crimes Contra a Liberdade e Autodeterminação Sexual ..... | 7  |
| <b>Tabela 1</b> – Fases do Processo de <i>Grooming</i> .....                                         | 10 |
| <b>Gráfico 2</b> – Áreas em que Sentem Necessidade Formativa .....                                   | 30 |



## **Glossário de siglas**

OMS - Organização Mundial da Saúde

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

SNEC - Secretariado Nacional de Educação Cristã

SNS - Serviço Nacional de Saúde

UR – Unidade de Registo





## **Introdução**

A prevenção primária ou universal do abuso sexual é fundamental. Segundo a UNICEF, os números mundiais apontam para mais de 370 milhões de meninas ou mulheres (que ainda se encontram vivas) e entre 240 e 310 milhões de meninos e homens que foram vítimas de abuso sexual antes dos 18 anos (UNICEF, 2024). Considerando formas de violência sexual em que não exista contacto físico (i.e., abuso verbal ou online), os números aumentam para 650 milhões no caso das mulheres e entre 410 e 530 milhões no caso dos homens. Estes números enfatizam o carácter urgente da implementação de estratégias de prevenção para lidar eficazmente com todas as manifestações de violência e de abuso.

Em Portugal, os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) dos últimos cinco anos, revelam que as detenções por abuso sexual infantil são as mais prevalentes quanto aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (RASI, 2019; RASI, 2020; RASI, 2021; RASI, 2022; RASI, 2023). Segundo a APAV, em 2023, registaram-se 1760 denúncias de crimes sexuais em Portugal contra crianças e jovens, verificando-se um aumento de quase 30% relativamente ao ano anterior.

Da literatura sabe-se que se trata de um problema de saúde pública, sendo que a culpa, o medo e a vergonha são dos fatores que mais interferem na possibilidade de revelação (Agulhas et al., 2023).

A problemática do abuso sexual é transversal a diferentes contextos socioeconómicos (UNICEF, 2024) e o abuso sexual intrafamiliar continua a ser o mais prevalente (RASI, 2023). Não obstante, em 2023, o estudo de Strecht et al. (2023) destacou esta realidade no contexto da Igreja Católica em Portugal, o que se encontra em linha com outros estudos internacionais, apresentando valores sugestivos de padres ou leigos que incorreram em crimes de abuso sexual: 7% na Austrália, 5.8% nos Estados Unidos e 4.4% em França (Agulhas et al., 2023).

Considerando que o contexto da catequese é um contexto privilegiado para iniciativas de prevenção do abuso sexual com crianças e jovens, o presente estudo tem como questão de investigação: “Qual a perceção dos catequistas em matéria de prevenção do abuso sexual e em que medida se consideram agentes de prevenção?”.

Face ao exposto, esta dissertação tem como objetivo geral compreender a perceção dos catequistas face à prevenção do abuso sexual infantil. Em termos de objetivos específicos, pretende-se compreender: 1) qual o nível de conhecimento sobre violência sexual de crianças ou pessoas especialmente vulneráveis; em que medida se sentem agentes de prevenção,

procurando perceber-se se se sentem confortáveis e capazes de assumir este papel; e 3) que necessidades sentem em termos formativos nesta matéria.

A presente dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos: o primeiro corresponde ao Estado da arte, procurando fazer-se um enquadramento teórico sobre a problemática em análise e no contexto da igreja Católica, bem como sobre a relevância da prevenção primária ou universal. O segundo capítulo remete para o Método dos dois estudos empíricos que foram levados a cabo, um quantitativo e outro qualitativo. Por sua vez, o terceiro e quarto capítulos referem-se, respetivamente, aos Resultados e à Discussão destes dois estudos. O quinto e último capítulo diz respeito à Conclusão geral, explicitando sugestões para estudos futuros.

## **Capítulo I. Enquadramento Conceptual e Empírico**

### **1.1. Violência**

A violência é considerada um grave problema de saúde pública que, todos os anos, faz mais de um milhão de vítimas. É considerada uma das principais causas de morte no mundo, nomeadamente em pessoas que têm entre os 15 e os 44 anos. Por essa razão, urge a necessidade de se tratar a violência como um problema geral e coletivo e de entender as suas raízes, procurando formas eficazes de preveni-la (Krug, 2002).

Para Santos (1996), a violência pode ser caracterizada como uma relação social que é marcada pelo uso efetivo ou potencial da coerção, que nega o reconhecimento do outro, seja um indivíduo, classe, género ou raça, através do uso da força ou coerção, causando algum tipo de prejuízo.

Segundo Minayo e Souza (1998), a violência é definida como qualquer ação deliberada, realizada por um indivíduo, um grupo, uma instituição, classes ou nações contra alguém, causando-lhe danos físicos, sociais, psicológicos ou espirituais. Com esta definição, os autores realçam a intencionalidade do ato violento, destacando que não ocorre de forma isolada, mas reflete dinâmicas de poder e de controlo (Coelho et al., 2014).

A OMS definiu, em 2002, a violência como o uso deliberado da força ou do poder, seja de forma direta ou ameaçadora, contra si mesmo, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, resultando, ou com potencial, para causar lesões, morte, danos psicológicos, limitações no desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2002). Esta definição destaca não só o ato, como os impactos negativos que lhe estão associados e que podem afetar as pessoas e a sociedade.

Atualmente, a definição de violência mantém-se consensual com a que a OMS apresentou em 2002 (SNS, 2023; Prazeres et al., 2014).

#### **1.1.1. Tipos de violência**

Reconhecendo que a violência é um problema atual e que tem um impacto global com profundas consequências a vários níveis, a OMS desenvolveu uma tipologia de violência que a

divide em três categorias principais: a Violência Autodirigida, a Violência Interpessoal e a Violência Coletiva (Krug, 2002).

A Violência autodirigida compreende duas subcategorias: Comportamento Suicida – que abrange pensamentos de suicídio, tentativas de suicídio (denominadas “parassuicídio” ou “autolesão deliberada”) e suicídios consumados – e Comportamentos Autolesivos – que abrange práticas de automutilação e de agressão a si mesmo (Prazeres et al., 2014).

A Violência Interpessoal está dividida em duas subcategorias: Violência Familiar e entre Parceiros Íntimos e Violência Comunitária. A primeira diz respeito ao tipo de violência que ocorre entre familiares e parceiros íntimos e que, normalmente, acontece em casa, ainda que não seja regra. Aqui inclui-se, também, o abuso sexual infantil e a agressão contra os idosos. A segunda refere-se ao tipo de violência entre sujeitos que não se relacionam, podendo ou não ser conhecidos e que acontece, normalmente, fora de casa. Nesta inclui-se a violência juvenil, as violações e abusos sexuais por parte de pessoas desconhecidas, violência nas escolas, em ambiente laboral, em estabelecimentos prisionais ou instituições de idosos. Nesta subcategoria inclui-se, também, o *grooming*, como técnica de coação, que será descrito posteriormente (Coelho et al., 2014; Prazeres et al., 2014).

A Violência Coletiva diz respeito às razões pelas quais a violência pode ocorrer por parte de grupos grandes ou de Estados. Assim, divide-se em três subcategorias: Social, Política e Económica. A Violência Social refere-se a atos violentos que impactam a ordem social com o objetivo de provocar mudança ou resistir a determinadas ordens políticas, como atos terroristas, crimes de ódio e protestos violentos. A Violência Política trata-se de atos violentos como guerras e conflitos, bem como de violência exercida pelo Estado. A violência Económica refere-se a ataques perpetrados por grandes grupos com o objetivo de obter benefícios económicos, podendo incluir ataques destinados a dificultar atividades económicas, impedir o acesso a serviços ou causar uma quebra na economia (Krug, 2002; Coelho et al., 2014).

Minayo (2006) introduz, ainda, o conceito de Violência Estrutural, que surge associada a fatores sociais, políticos e económicos que originam a fome, pobreza e desigualdade de género e etnia. Este tipo de violência que acontece frequentemente sem os indivíduos se aperceberem, acaba por se enraizar na sociedade e está na origem de muitas outras manifestações de violência, impactando famílias e sistemas sociais ao privar os indivíduos, grupos e nações dos seus direitos, resultando no aumento da sua vulnerabilidade (Coelho et al., 2014).

Embora esta tipologia não seja amplamente consensual, oferece uma ferramenta valiosa para entender os padrões complexos de violência que ocorrem globalmente, bem como no quotidiano das pessoas, das famílias e das comunidades. Ao explorar a natureza dos atos violentos, a importância do contexto social e comunitário, as relações entre os envolvidos e as possíveis motivações, esta abordagem permite uma melhor compreensão deste contexto complexo. Contudo, é fundamental reconhecer que, tanto na investigação como na prática, nem sempre é simples distinguir de forma clara os diferentes tipos de violência (Coelho et al., 2014).

### **1.1.2. Violência Sexual Infantil**

A violência sexual diz respeito ao ato de forçar ou ameaçar a vítima a participar em atos sexuais contra a sua vontade (Prazeres et al., 2014). Por sua vez, a violência sexual infantil refere-se a estes mesmos atos de imposição sexual por um adulto a uma criança (UNICEF, 2014). Deste conceito advém o de abuso sexual infantil.

## **1.2. Abuso sexual**

O abuso sexual pode ser descrito como qualquer forma de interação de natureza sexual entre uma criança e outra pessoa (seja um adulto, outra criança ou um jovem) (Alexandre et al., 2021; Cohen & Mannarino, 2000). Essa interação, que tem como objetivo a obtenção de prazer sexual, estimulação ou gratificação sexual (Strecht et al., 2023), pode envolver contacto físico: carícias, masturbação, contacto sexual oral, penetração vaginal ou anal; ou não envolver contacto físico: comportamentos como voyeurismo, exibicionismo, assédio ou exposição a pornografia (Berlinen & Elliott, 2002; Cohen & Mannarino, 2000; Habigzang et al., 2005; Strecht et al., 2023; National Child Traumatic Stress Network, 2009).

De acordo com Alexandre et al. (2021) o abuso sexual surge em múltiplas condições, destacando-se a diferença de idade entre a vítima e o abusador e a posição de autoridade, confiança ou responsabilidade com a criança (Butchart et al., 2006; World Health Organization [WHO], 1999). Assim, a criança encontra-se envolvida numa atividade sexual que não compreende ou para a qual não se encontra preparada, sendo portanto incapaz de fornecer um consentimento informado (Butchart et al., 2006; WHO, 1999).

O abuso sexual não se resume apenas ao ato sexual em si, mas é também uma tentativa de exercer poder sobre outra pessoa, podendo envolver coerção (i.e., ato de pressionar, obrigar ou

intimidar). Envolve comportamentos que incluem o toque, como por exemplo, tocar nas partes íntimas de alguém ou forçar alguém a tocar no corpo de outra pessoa; ou que não incluem o toque, por exemplo, enviar mensagens, fotografias ou vídeos de carácter sexual ou observar alguém a despir-se ou a usar a casa de banho sem o seu conhecimento (OPP, 2023).

Este ato de pressionar a vítima pode dever-se a múltiplas razões, como por exemplo, ao abusador ser mais velho, ter maior força física, existir chantagem ou algum tipo de suborno monetário, ou até mesmo da vítima percecionar, de forma explícita ou implícita, que vai perder amor, amizade ou bens materiais (OPP, 2023).

Desta forma, podemos classificar a violência sexual como uma problemática global que está presente em vários contextos e que acarreta consequências negativas a curto, médio e longo prazo. Estas consequências não afetam apenas a criança vulnerável, mas também se estendem àqueles que convivem com ela, como os familiares, os amigos, a comunidade onde vivem e até a sociedade (Aguilhas et al., 2023).

### **1.2.1. Enquadramento legal do crime de abuso sexual**

Do ponto de vista legal, o abuso sexual, previsto no artigo 172.º do Código Penal Português, é um crime público e refere-se à prática do ato sexual com ou em menores de 14 anos, ou à indução do menor a praticar tal ato com outra pessoa (Artigo 172.º, Decreto-Lei nº 48/95, 1995), considerando-se que o menor não tem maturidade nem entendimento suficientes para fornecer um consentimento informado.

De acordo com o mesmo Artigo, os crimes de abuso sexual infantil são punidos com penas de um até oito anos de prisão, no entanto se o ato sexual envolver cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, a pena pode ir de três a dez anos de prisão.

É também classificado como um crime contra a autodeterminação sexual, qualquer pessoa que interaja com um menor de 14 anos através de conversa, escrita, espetáculos ou conteúdo pornográfico, que tente aliciar o menor a assistir a abusos ou atividades sexuais, ou ainda que tente praticar qualquer um destes atos (Strecht et al., 2023).

### **1.2.2. Abuso sexual em números**

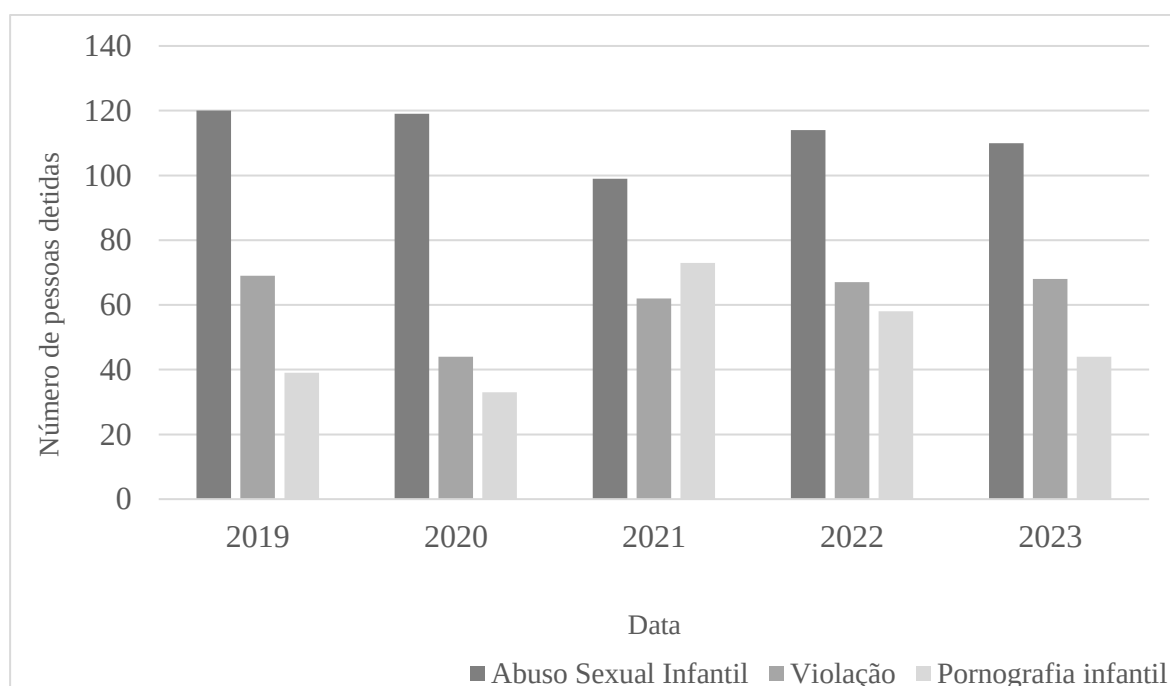
Segundo Council of Europe (2015), as estatísticas indicam que uma em cada cinco crianças europeias são vítimas de algum tipo de violência sexual antes dos 18 anos, sendo que a maioria dos abusos sexuais permanecem por denunciar.

De acordo com Strecht et al. (2023), os abusos tendem a ocorrer durante a pré-adolescência, geralmente com crianças com menos de 13 anos, e costumam iniciar-se quando as mesmas têm entre nove e dez anos. Outros autores referem que o abuso sexual inicia-se quando as crianças têm idades compreendidas entre os cinco e os oito anos de idade, (Habigzang et al., 2005; National Child Traumatic Stress Network, 2009). Além disso, em aproximadamente 88% dos casos de abuso sexual, o agressor é alguém conhecido da vítima e convive com ela diariamente, sendo que em metade dos casos, os abusos ocorrem em contexto familiar (i.e., contexto mais prevalente) (OPP, 2023).

De acordo com os RASI dos últimos cinco anos, é possível aferir que, entre 2019 e 2023, as detenções por crimes de abuso sexual em Portugal mostraram variações, com o abuso sexual infantil a manter-se como a principal causa em todos os anos, e cujos valores estão representados no gráfico a seguir apresentado:

### Gráfico 1

*Detenções relativas aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual*



Pode verificar-se que as detenções por abuso sexual infantil mostraram-se relativamente estáveis, enquanto os crimes de violação e pornografia de menores apresentaram flutuações.

Entre 2019 e 2023, os inquéritos abertos relacionados com abuso sexual infantil oscilaram entre 27.9% em 2020 e 39.5% em 2023, mantendo-se como uma das principais categorias investigadas. Em 2020, a pornografia de menores representou a maioria dos

inquéritos (47.2%), mas essa percentagem foi diminuindo nos anos seguintes, chegando a 12.8% em 2023. Os inquéritos por violação aumentaram de 9.7% em 2020 para 20.2% em 2023, indicando um crescimento nas investigações sobre este crime.

Entre 2019 e 2023, a maioria dos arguidos por crimes de abuso sexual continuou a ser do sexo masculino, com percentagens que variaram entre 92.9% (2020) e 95.6% (2021). A faixa etária mais representada entre os arguidos foi a dos 31 aos 50 anos, especialmente entre os 31 e 40 anos, que em 2023 atingiu 24.9%.

Quanto às vítimas, predominam as do sexo feminino, especialmente entre os oito e 13 anos. Em 2019, 77.7% das vítimas eram do sexo feminino, sendo que esta proporção diminuiu ligeiramente para 77.3% em 2023. A maior percentagem de vítimas femininas na faixa etária dos oito aos 13 anos foi registada em 2021, com 74.3%, embora tenha decrescido para 62.5% em 2023.

Entre 2019 e 2023, a maioria dos casos de abuso sexual ocorreu no contexto familiar. Em 2019, 44.8% dos casos eram de relações familiares, aumentando para 52.4% em 2020. Essa tendência de predominância familiar manteve-se, com 53.1% em 2021 e 53.8% em 2022. Em 2023, a percentagem foi de 51,4%. As relações de conhecimento representaram entre 21.3% e 23.6% dos casos durante esse período. Além disso, a percentagem de casos sem referência subiu para 6.1% em 2023, destacando a necessidade de melhorar a coleta de dados sobre o contexto das relações.

### **1.2.3. Contextos**

Embora ainda persistam alguns estigmas sobre os contextos em que a violência sexual pode ocorrer, é fundamental destacar que estes crimes podem acontecer em qualquer ambiente que a criança frequente ou qualquer situação em esteja envolvida. De um modo geral, os contextos de vítimação podem ser categorizados em dois grupos: o contexto Intrafamiliar e o contexto Extrafamiliar (Brito et al., 2016).

O contexto Intrafamiliar diz respeito aos abusos sexuais executados por alguém que tenha uma relação familiar com a criança. Como vimos anteriormente, é o contexto mais prevalente de abusos sexuais infantis, sendo, grande parte das vezes, realizado por um adulto que tem uma relação de proximidade com a criança antes, durante e depois do abuso (e.g., progenitores, figuras parentais de referência, avós, tios/as). Por essa razão, habitualmente, os atos ocorrem de forma contínua ao longo do tempo e de forma gradual no que se refere à constante violação de limites ou barreiras físicas e psicológicas da criança (Strecht et al., 2023). Em casos em que a



vítima e o agressor não coabitem, na grande maioria das vezes, acontecem na casa da criança ou de familiares, ou até mesmo em ambientes que a família costuma frequentar. Sabe-se que, neste contexto, as vítimas são majoritariamente do sexo feminino e a violência sexual mais frequente é entre pai e filha ou entre padrasto e enteada (Brito et al., 2016).

O contexto Extrafamiliar compreende situações em que as práticas sexuais são cometidas por indivíduos que não pertencem ao círculo familiar da criança. Na grande maioria destes casos, a violência sexual é levada a cabo por pessoas que a criança conhece, como vizinhos ou amigos da família e que, frequentemente, fazem parte da sua rotina diária, como professores, amas ou responsáveis por alguma atividade extracurricular, sendo pouco frequentes os casos em que os agressores são completamente desconhecidos da vítima. Estas práticas podem ocorrer na casa da vítima ou do agressor, na escola, no carro do agressor ou até mesmo no trajeto para casa (Brito et al., 2016).

Dentro do contexto extrafamiliar, inclui-se o abuso sexual no desporto. Alguns autores referem que se trata de um contexto de risco. Espaços como balneários, duchas, boleias e estadias fora de casa representam um exemplo de situações de risco para as crianças (Council of Europe, n.d.).

Ainda dentro do contexto extrafamiliar, incluem-se as instituições religiosas que serão descritas em maior detalhe adiante (Strecht et al., 2023).

#### **1.2.4. Abuso sexual na Igreja Católica**

Segundo Stretch et al. (2023), só na década de 70 o abuso sexual infantil começou a ser investigado de forma mais sistemática e reconhecido como uma forma de violência no contexto da Igreja Católica. Até esse período, era frequentemente visto como uma fantasia da criança ou algo improvável de acontecer no seio familiar, ou, pelo menos, em algumas famílias, e muito menos em instituições, sobretudo as ligadas à Igreja. Nesta altura, a visão que se tinha relativamente ao abuso sexual sofreu uma transformação devido à aceitação da evolução da sexualidade, especialmente nos países ocidentais, aos movimentos em defesa dos direitos das mulheres, e, acima de tudo, ao reconhecimento do impacto traumático de uma situação abusiva, além de que passou a considerar-se, também, a possibilidade de que o abuso pudesse envolver vítimas do sexo masculino.

Embora se desconheça a prevalência exata da violência sexual no contexto da Igreja Católica, alguns estudos apontam para percentagens de padres ou leigos envolvidos em abusos sexuais, como 7% na Austrália, 5.8% nos Estados Unidos da América e 4.4% em França. Independentemente dos números, existe um consenso de que a Igreja deve aceitar o abuso sexual como um problema e desenvolver competências amplas que a ajudem a prevenir, identificar e agir, promovendo uma cultura de cuidado e proteção (Agulhas et al., 2023).

### 1.2.5. *Grooming* ou estratégias da pessoa agressora e fatores de risco e proteção das vítimas

Com as novas tecnologias e numa era cada vez mais digital, a vida quotidiana dos jovens passou a integrar a quase totalidade das suas atividades online, havendo uma convergência entre os contextos online e offline no que às estratégias da pessoa agressora diz respeito (Mota & Manita, 2021). Este processo de aliciamento e manipulação perpetrado por uma pessoa agressora denomina-se Aliciamento Sexual ou *Grooming*, e pode ser descrito como um conjunto de métodos e fases em que esta manipula uma criança ou jovem, levando-a/o gradualmente a uma situação em que o abuso sexual pode ser consumado (Mota & Manita, 2021). Quando ocorre online, é comum ser através de chats e redes sociais, podendo iniciar-se com uma abordagem indireta (i.e., formar uma relação de confiança com a vítima e incentivá-la a elaborar conteúdos sexuais), ou com uma abordagem direta, em que não se desenvolve uma relação entre o agressor e a criança e começam logo interações sexuais entre os dois (OPP, 2023).

O processo de *grooming* ocorre em várias fases. Com base na literatura (e.g., Agulhas et al., 2023) as mesmas estão descritas na seguinte tabela:

**Tabela 1**

#### *Fases do Processo de Grooming*

| Fases             | Descrição                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Seleção da vítima | O abusador identifica potenciais vítimas e escolhe-as baseando-se em fatores como as suas características pessoais, a facilidade em ter acesso ou a perceção de fragilidade, como a solidão e a pouca ou inexistente supervisão por parte dos pais. |
|                   | O abusador trabalha para conquistar a confiança dos pais ou cuidadores, com o intuito de evitar desconfianças e garantir                                                                                                                            |

|                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ganhar a confiança da criança/adulto vulnerável e do(s) seu(s) cuidador(es) | o acesso à vítima, fingindo prestar atenção e conferir conforto genuíno. Ao mesmo tempo, procura ganhar a confiança da criança, recolhendo informações sobre ela, como as suas necessidades e maneiras de as satisfazer.                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Preencher necessidades                                                      | Assim que o abusador começa a satisfazer as necessidades da criança ou adulto vulnerável, estas passam a ter um papel mais destacado na vida da vítima. Utiliza estratégias com o aumento da atenção e do afeto, oferta de presentes, dinheiro, elogios ou até satisfazer outras necessidades básicas.                                                                                                                                                                                                                    |
| Isolar a criança/adulto vulnerável                                          | O abusador recorre a técnicas de isolamento para fortalecer a sua ligação com a vítima, criando momentos em que ficam sozinhos (e.g., quando se oferece para tomar conta). O agressor intensifica a relação, fazendo a vítima sentir que é amada e compreendida de uma forma única, que nem os próprios pais conseguem.                                                                                                                                                                                                   |
| Sexualizar a relação                                                        | Após estabelecer uma relação de dependência emocional e de confiança, o agressor começa a sexualizar o relacionamento de forma gradual, através de conversas, fotos e situações que incentivam o contacto físico. Começa com toques apropriados, que evoluem progressivamente para toques inapropriados, disfarçados sob o pretexto de brincadeiras, lutas, cócegas ou massagens. Desta forma, o abusador “acidentalmente” toca de maneira inadequada, dessensibilizando a vítima a esses contactos.                      |
| Manter o controlo                                                           | Após o abuso, o agressor utiliza o silêncio, a culpa e ameaças para manter a vítima na relação abusiva e impedir que fale, recorrendo à manipulação emocional ou espiritual, sendo esta última mais comum em contextos religiosos. O abusador faz com que a vítima acredite que é a única pessoa capaz de satisfazer as suas necessidades emocionais. Assim, a criança ou adulto vulnerável pode sentir que perder essa relação ou denunciar traz mais consequências negativas do que permanecer nessa situação de abuso. |

No contexto da igreja Católica alguns autores têm salientado que se trata de uma situação onde existe também uma assimetria de poder (Dale & Alpert, 2007).

A literatura destaca, também, que existe um conjunto de fatores de risco e fatores de proteção da criança potencialmente vítima, que podem levar a uma maior vulnerabilidade ao *grooming* ou, antes pelo contrário, à diminuição da probabilidade do risco de abuso sexual acontecer.

Assink et al. (2019) aponta como fatores de risco: problemas entre os pais (e.g., violência doméstica), a fraca qualidade da relação entre pai e filho, a existência de uma pessoa na família que não pertence à família nuclear (e.g., um padrasto), possíveis problemas da criança, como uma doença prolongada (seja ao nível psicológico ou físico) e outras características, como o facto de ser do sexo feminino.

Por outro lado, como fatores protetores, podem destacar-se a saúde mental, o sucesso escolar, a empatia e preocupação com o bem-estar do outro e famílias que resolvem os seus conflitos de forma tranquila e pacífica (CDC Sexual Violence Prevention, s.d.).

### **1.2.6. Impactos na vítima**

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um sério problema de saúde pública, constituindo uma ameaça ao bem-estar das crianças em todo o mundo (Reitsema & Grietens, 2016). As evidências sugerem que as crianças vítimas de abuso sexual estão em maior risco de desenvolver uma variedade de problemas psicológicos, comportamentais, cognitivos, académicos e de saúde, cujas consequências tendem a ser mais profundas e persistentes em comparação com aquelas decorrentes de outras formas de maus-tratos infantis (ver revisão de Winters et al., 2020). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2016), o abuso sexual infantil é uma das formas mais comuns de trauma na infância. Segundo Agulhas et al. (2023), um trauma é caracterizado por eventos perigosos e assustadores que geram uma sensação extrema de vulnerabilidade e comprometem a perceção de segurança, controlo e confiança, influenciando a forma como a pessoa interpreta o mundo. A intensidade com que afeta a vítima vai depender de alguns aspetos, como a duração (e.g., dias, anos, a vida toda da pessoa) ou gravidade dos eventos abusivos às quais foi exposta (UNICEF, 2014).

No que diz respeito aos impactos do abuso sexual infantil a curto prazo, ao nível físico destacam-se: dores de cabeça, estômago e do corpo; sensação de formigueiro; dores, hematomas e hemorragias nas áreas genitais (quando se trata de violação); e perda de apetite e de energia. Ao nível psicológico: choque e confusão; medo e desconfiança em relação aos outros; isolamento e vergonha; sentimentos de culpa e repulsa; incredulidade ou lapsos de memória sobre o evento; insónias e pesadelos; raiva direcionada às pessoas ou à situação abusiva; hipervigilância; e tristeza, desesperança, insegurança e vulnerabilidade (OPP, 2023).

A médio e longo prazo, salientam-se os seguintes aspetos: dificuldade em estabelecer e manter relacionamentos, especialmente se o agressor for uma pessoa próxima da criança;

problemas relacionados com a sexualidade, que podem incluir dificuldades em iniciar a vida sexual ou, pelo contrário, uma vida sexual excessiva marcada por comportamentos de risco; uma autoimagem distorcida e baixa autoestima, caracterizadas por desvalorização e distorção da imagem corporal; flashbacks, onde a vítima revive o evento como se estivesse a acontecer novamente, sentido a presença do agressor; dissociação, um mecanismo de defesa em que a mente se “separa” do corpo para proteger-se de experiências altamente traumáticas; depressão ou sintomas depressivos, que, em alguns casos, pode evoluir para desorganização emocional característica de perturbações de personalidade, como a border-line; comportamentos autolesivos (e.g., cortes, queimaduras, arranhões); sintomas psicossomáticos, que se manifestam como queixas físicas sem uma causa médica aparente, originados psicologicamente; problemas de saúde física, como dor crónica, disfunções sexuais, problemas de fertilidade e doenças sexualmente transmissíveis (DST); maior probabilidade de que as raparigas abusadas venham a ser vítimas de abuso por parte de um parceiro íntimo; e aumento do risco das vítimas de abuso sexual serem presas no futuro (OPP, 2023; Hailes et al., 2019; Ali et al., 2024).

Maniglio (2011), a maioria das vítimas de abuso sexual infantil (60%) desenvolve sintomas moderados a graves de psicopatologia, com reações traumáticas que incluem ansiedade, depressão, alterações de comportamento, dificuldades de autorregulação e problemas académicos, de sono e sociais. Um estudo com 19 meta-análise de 559 estudos e com mais de quatro milhões de participantes, concluiu que o abuso sexual infantil está fortemente associado à perturbação de stress pós-traumático, esquizofrenia e abuso de substâncias (Hailes et al., 2019). Outra investigação, envolvendo 47 estudos e mais de 150 mil participantes, identificou o abuso sexual na infância como um fator de risco significativo para a ocorrência de tentativas de suicídio (Ng et al., 2018).

Existem alguns fatores que podem, contudo, mitigar ou agravar os efeitos do abuso sexual nas vítimas. A forma como o meio onde a criança está inserida reage (seja na família, no círculo social ou no ambiente profissional) que pode ser de apoio e proteção, o que diminui o impacto, ou de culpabilização e descredibilização, que aumenta o impacto. O tipo de comportamento abusivo praticado também desempenha um papel importante; quanto mais intrusivo for, maior é a probabilidade de um impacto negativo acentuado. Além disso, a duração e frequência do abuso também são relevantes, visto que quanto mais prolongados e repetidos forem, maior será o dano causado à vítima devido ao efeito cumulativo. Outros fatores incluem a idade da vítima

e do agressor, especialmente quando há uma diferença significativa entre elas; a relação entre a vítima e o agressor, uma vez que quanto mais próxima for essa relação, mais intensos serão os sentimentos de traição e o impacto na criança; o sexo do agressor, já que quando são ambos do mesmo sexo, a criança pode sentir confusão em relação à sua orientação sexual e enfrentar estigmatização por parte dos outros (Agulhas et al., 2023).

### **1.2.7. Fatores que interferem no processo de revelação**

Segundo Habigzang et al. (2005), grande parte das ocorrências de abuso sexual que acontecem durante a infância só são reveladas na adolescência. Este atraso na denúncia parece estar relacionado com as emoções negativas vivenciadas pela vítima, em especial quando existe uma relação afetiva e de confiança com o agressor (McElvaney, 2013).

Assim, existe um conjunto de fatores que dificulta a revelação de uma situação de abuso: a imaturidade cognitiva e emocional da vítima, juntamente com o desconhecimento sobre sexualidade, pode impedi-la de entender o que está a acontecer, levando-a a confundir o abuso sexual com uma forma de demonstração de afeto; sentimentos como a vergonha, dado à situação humilhante e desumanizadora como o abuso sexual, e a culpa; medo de não acreditarem na sua palavra, de represálias e de trazer consequências nefastas para si e para a sua família ou até mesmo para o agressor; medo de vingança por parte do agressor ou de estigmatização social; o segredo, seja ele imposto ou percebido, muitas vezes faz com que a vítima se sinta cúmplice à medida que começa a entender a natureza abusiva da situação; negação da experiência abusiva, já que, em alguns casos, a criança/adulto vulnerável pode entrar num estado dissociativo que lhe permite, emocionalmente, distanciar-se e proteger-se da realidade abusiva, ajudando-o a sobreviver à situação; ambiente em que a sexualidade não é um tema abordado e, portanto, é um contexto pouco facilitador; e tentativas de revelação anteriores que não tiveram sucesso ou que foram desvalorizadas (Agulhas et al., 2023; OPP, 2023).

Por outro lado, também existem fatores que facilitam a revelação de situações de abuso sexual: a existência de adultos de referência que transmitam confiança e segurança; haver abertura por parte dos adultos para abordar esta temática; o medo da gravidez ou de que outras crianças possam estar a passar pelo mesmo; e a incapacidade para continuar a lidar com uma situação de abuso (Agulhas et al., 2023).

Tendo em conta que os adultos têm alguma dificuldade em abordar este assunto e a dificuldade que as crianças têm em revelar estas situações, é fulcral implementar estratégias de prevenção universal (National Sexual Violence Resource Center, 2011). Este tipo de prevenção vai ajudar as pessoas a compreender melhor o abuso e a ganhar ferramentas para enfrentar os riscos associados a esta problemática (Alexandre et al., 2021).

### **1.3. Prevenção do Abuso Sexual**

A prevenção do abuso sexual infantil é um processo contínuo, que acompanha a criança ao longo do seu crescimento. Não se trata de uma conversa única, mas de um esforço permanente, ajustado às necessidades da criança (Quebrar o Silêncio, 2023). O objetivo é reduzir a vulnerabilidade das crianças, ajudando-as a identificar abusos, compreender que a sociedade condena o comportamento do agressor e a resistir e pedir ajuda. Os três R's da prevenção são: Reconhecer, Resistir e Revelar. Esta sensibilização deve também envolver pais, professores e sociedade, que devem reconhecer, responder e reportar abusos (Alvarez, 2024).

#### **1.3.1. Tipologia**

A prevenção divide-se em três tipologias: a Prevenção Primária ou Universal, Prevenção Secundária ou Seletiva e Prevenção Terciária ou Indicada (Caplan & Caplan, 2000; Gordon, 1987). Prevenção Primária, que também pode ser chamada de Prevenção Universal, destina-se a todas as pessoas no geral e contemplam um conjunto de medidas destinadas a evitar que a violência sexual aconteça; A Prevenção Secundária ou Seletiva, focada em pessoas com características de risco, diz respeito a ações focalizadas em respostas imediatas à violência, como por exemplo, os primeiros cuidados médicos ou o tratamento de infeções sexualmente transmissíveis depois de uma violação; por último, a Prevenção Terciária ou Indicada, destinada a pessoas com sinais/sintomas de determinada patologia, refere-se a intervenções a longo prazo depois das agressões, como a reabilitação e reintegração, que visam reduzir o trauma e minimizar as consequências duradouras da violência (Krug, 2002; Alvarez, 2024).

### **1.3.2. Eficácia**

A eficácia dos programas de prevenção do abuso sexual infantil depende de vários fatores. Uma meta-análise recente (Ver Ferragut, Cerezo, Ortiz-Tallo, & Rodríguez-Fernandez, 2023) verificou que: sessões mais frequentes e de maior duração aumentam o conhecimento das crianças, enquanto intervenções esporádicas têm pouco efeito; programas com sessões curtas e focadas num tema específico são mais eficazes para a consolidação de conhecimentos; o uso de materiais lúdicos, como histórias, vídeos e dinâmicas (Agulhas et al., 2023; Alvarez, 2024), adaptados à idade da criança, facilita a assimilação, e a participação de pais ou cuidadores aumenta a eficácia, pois estes sentem-se mais preparados para agir (Agulhas et al., 2023). Outros estudos referem que os programas mais eficazes incluem crianças como participantes ativos, utilizam métodos de modelagem, debates e simulações/treino de papéis (Davis & Gidycz, 2000; Topping & Barron, 2009).

### **1.3.3. Benefícios**

Alguns autores apontam também alguns benefícios dos programas de prevenção do abuso sexual infantil, como um maior e mais abrangente conhecimento sobre a problemática do abuso sexual (Davis & Gidycz, 2000), desenvolvimento de competências de autoproteção e uma utilização mais frequente dessas capacidades (Topping & Barron, 2009), revelar precocemente situações de abuso, o que pode evitar novas agressões e garantir que a criança receba o tratamento que necessita (Gibson & Leitenberg, 2000), diminuição da duração dos abusos (Gibson & Leitenberg, 2000), e uma melhoria da autoestima e redução de sentimentos negativos (Topping & Barron, 2009).

### **1.3.4. Temas abordados**

Os programas de prevenção do abuso sexual infantil transmitem informações adequadas à idade e maturidade das crianças sobre segurança, prevenção de abuso, como pedir ajuda e identificar situações abusivas. Os principais temas abordados incluem: conhecimento do corpo e distinção entre partes privadas e não privadas; diferença entre toques apropriados e inapropriados; distinção entre segredos bons e maus; assertividade para dizer sim ou não; e como pedir ajuda. Também incluem o reconhecimento de emoções, estratégias dos agressores,



desenvolvimento de competências socioemocionais e promoção de relações interpessoais saudáveis, com foco na autoestima e autoconfiança (Agulhas et al., 2023).

### **1.3.5. Programas e materiais de prevenção em Portugal**

Um programa de prevenção de abuso sexual caracteriza-se por um conjunto estruturado de atividades educativas ao longo do tempo que costuma ser conduzido por profissionais e que incluem técnicas ativas (i.e., modelagem de comportamentos e discussão de grupo). Um material de prevenção, por outro lado, são recursos específicos usados para apoiar essa aprendizagem, podendo ser utilizados em contexto educativo ou em casa (e.g., livros, fantoches, vídeos) (ISCTE, 2021).

Em Portugal, como único programa de prevenção, foi desenvolvido o Projeto Integrado de Prevenção do Abuso Sexual (PIPAS). Criado em 2004 pela Casa Pia de Lisboa, é direcionado a crianças entre os cinco e os 16 anos. Utiliza materiais lúdicos para desenvolver competências emocionais e psicosssexuais (Alvarez et al., 2010), que abordam temas como o autoconhecimento, a identidade de género, o reconhecimento e expressão de emoções, o respeito e os tipos de contacto físico (Alexandre et al., 2021).

Quanto aos materiais de prevenção, existem alguns em Portugal. Pode destacar-se o jogo “Vamos prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”, desenvolvido em 2016 para crianças dos seis aos 10 anos. Este jogo de tabuleiro visa aumentar o conhecimento sobre o abuso sexual e desenvolver competências para lidar com situações de abuso. Com atividades que abordam seis temas principais — Corpo/Toques, Emoções, Dizer Sim/Dizer Não!, Segredos, Internet e Pedir Ajuda — as crianças aprendem a reconhecer contatos apropriados e inadequados, a distinguir segredos, conhecer os seus direitos e a pedir ajuda a adultos (Alexandre et al., 2021).

### **1.3.6. Prevenção no contexto da Igreja Católica**

A Igreja Católica reconhece a importância de criar ambientes seguros, implementando estratégias para prevenir abusos sexuais, detetar e acompanhar potenciais casos (Agulhas et al., 2023). É essencial apostar na prevenção primária, focada em toda a comunidade, para reduzir as oportunidades de abuso, visto que os agressores costumam ponderar as consequências e

vantagens antes de agir. Reconhecer o problema é o primeiro passo, seguido da identificação de fatores de risco e proteção, bem como do apoio contínuo às vítimas. A sensibilização deve incluir formação constante para avaliar as medidas de proteção, com base nos 4R's: Regras (o que é aceitável ou inaceitável nas relações), Respeito (reconhecer relações abusivas e incentivar denúncias), "Read" (identificar sinais de alerta) e Responsabilidade (garantir a segurança de crianças e adultos vulneráveis e saber encaminhar denúncias), bem como a elaboração de materiais e programas ajustados à idade das crianças e aos contextos onde os mesmos são aplicados (Agulhas et al., 2023).

A formação inclui sessões educativas, como palestras e workshops, que ampliam o conhecimento e desenvolvem habilidades para enfrentar o abuso sexual. Estes programas abordam o desenvolvimento infantil, tipos de violência sexual, mitos sobre abuso, fatores de risco e métodos usados por abusadores. A formação é fundamental para aumentar a eficácia das estratégias de prevenção dirigidas tanto a crianças como a adultos vulneráveis, além de ensinar procedimentos de denúncia às autoridades competentes (Agulhas et al., 2023).

#### **1.4. Estrutura da Igreja Católica em Portugal**

Segundo a Conferência Episcopal Portuguesa, a Igreja Católica em Portugal está estruturada em 20 dioceses que estão agrupadas em três províncias eclesiais: a Província Eclesiástica de Braga, a Província Eclesiástica de Évora e a Província Eclesiástica de Lisboa; e o Ordinariato Castrense (Diocese das Forças Armadas e de Segurança). Por sua vez, as catequese fazem parte da estrutura pastoral da Igreja, organizando-se dentro de cada paróquia e integrando-se na diocese correspondente. A nível nacional, seguem as orientações da Conferência Episcopal Portuguesa, que coordena e estabelece as diretrizes para a catequese em Portugal, fundamentando-se nos documentos oficiais da Igreja. Localmente, o sacerdote que lidera a paróquia supervisiona o programa de catequese, enquanto os catequistas são responsáveis por ministrar o ensino e formação dos catequizandos (Conferência Episcopal Portuguesa, s.d.).

### **1.5. Objetivos do estudo**

Face ao exposto, esta dissertação tem como objetivo geral a compreensão da percepção dos catequistas em matéria de prevenção do abuso sexual infantil. Em termos de objetivos específicos, pretende-se compreender: 1) qual o nível de conhecimento sobre violência sexual de crianças ou pessoas especialmente vulneráveis; 2) em que medida se sentem agentes de prevenção, procurando perceber se se sentem confortáveis e capazes de assumir este papel; e 3) que necessidades sentem em termos formativos nesta matéria.

## **Capítulo II. Método**

Com base nos objetivos definidos, foram conduzidos dois estudos, seguindo-se uma metodologia mista: um que remete para uma avaliação de necessidades (estudo 1) e que tem uma natureza sobretudo quantitativa, com quatro questões de resposta aberta e outro (estudo 2) que corresponde a um estudo qualitativo.

A investigação qualitativa surge como uma abordagem altamente vantajosa, que pode enriquecer significativamente a nossa compreensão de questões complexas. Permite fornecer descrições detalhadas das experiências dos participantes, oferecer uma compreensão holística do comportamento humano em contextos culturais específicos, capturar diversas vozes influenciadas por fatores culturais e facilita a recolha de dados ricos e subjetivos através de métodos como a observação participante e entrevistas (ver revisão de Rahman, 2016).

Segundo Neves (1996), a adoção de um método misto fortalece a pesquisa e diminui os problemas associados à adoção exclusiva de apenas um dos métodos (i.e., quantitativo ou qualitativo). Duffy (1987), refere que esta combinação permite controlar os vieses proporcionados pelos métodos quantitativos, envolvendo a compreensão das perspectivas dos agentes envolvidos, obtida através dos métodos qualitativos. Além disso, facilita a identificação de variáveis específicas, aliando uma visão global do fenómeno, assim como os dados obtidos em contexto mais natural enriquecem as conclusões retiradas de condições controladas.

Por conseguinte, estes dois estudos serão descritos de seguida.

### **2.1. Estudo 1**

#### **2.1.1. Participantes**

A amostra foi constituída por 1596 catequistas que pertencem a 19 Dioceses (i.e., Aveiro, Beja, Braga, Bragança/Miranda, Coimbra, Évora, Funchal, Guarda, Leiria/Fátima, Lisboa, Portalegre/Castelo Branco, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Angra, Algarve), sendo que a grande maioria pertence às Diocese do Porto (35,4%), Lisboa (18,4%) e Leiria/Fátima (14,7%). Trata-se de uma amostra por conveniência.

A média de idade dos Catequistas é de 48,02 anos (DP= 11,92), variando entre os 18 e os 82 anos<sup>1</sup> e a grande maioria pertence ao sexo feminino (87,1%). Os participantes exercem a profissão de catequista, em média, há 14,7 anos sendo que quase metade (42,85%) exerce há 10 anos ou menos (n= 617).

---

<sup>1</sup> Era critério de exclusão ter menos de 18 anos de idade.

Como profissão principal, os participantes referem sobretudo: Professor (7,58%), Técnico (e.g., de recursos humanos, de farmácia, de administração - 3,85%), Administrativo (3,53%), Assistente (e.g., operacionais, administrativos, comerciais - 3,33%), Empregado (e.g., fabril, restauração, escritório - 2,26%), Engenheiro (1,83%), Contabilista (1,79%), Enfermeiro (1,35%) e 2,62% referem estar Aposentados.

### **2.1.2. Instrumento**

Com base nos objetivos deste estudo, elaborou-se um questionário usando a plataforma Qualtrics, constituído por 14 questões, sendo que quatro são de resposta aberta, cinco referem-se a características sociodemográficas e as restantes são de resposta fechada (Anexo A).

A primeira parte do questionário apresenta questões de resposta fechada relacionadas com a problemática, sendo estas: o Nível de conhecimento sobre violência sexual sobre crianças ou pessoas especialmente vulneráveis e o Conforto que sentem (ou não) ao abordar estes temas com os seus grupos de catequizandos; Se alguma vez abordaram estes temas com os seus grupos de crianças e jovens; se efetivamente abordam esta temática, com que Frequência o fazem e De que modo abordam o tema; se consideram viável a Integração de materiais lúdicos de prevenção do abuso sexual nos seus grupos de catequese e se para integrar esses materiais, uma Formação prévia seria fundamental; foi também pedido para identificarem as áreas em que sentem maior necessidade formativa. Ainda relacionada com a problemática, foi colocada uma questão de resposta aberta que pedia aos catequistas que deixassem alguma Questão/sugestão.

A segunda parte do questionário, engloba questões para fins de caracterização sociodemográfica da amostra (i.e., Sexo, Idade, Profissão, Diocese a que pertence e Anos de experiência enquanto catequista).

### **2.1.3. Procedimento**

#### **Procedimento de recolha de dados**

Primeiramente, solicitou-se o pedido de colaboração de catequistas através do Secretariado Nacional da Educação Cristã (SNEC) sendo este a divulgar pelos seus contactos, o link para acesso ao estudo na plataforma qualtrics. O link de acesso ao questionário inclui na primeira parte o consentimento informado; só depois de cada participante ter referido que

compreendia os objetivos dos estudo e o seu carácter voluntário, é que os participantes tinham acesso ao questionário.

O questionário demorava em média 10 minutos a ser preenchido.

## **Procedimento de análise de dados**

As perguntas fechadas foram analisadas com recurso ao software IBM SPSS Statistics versão 29, conduzindo-se uma análise descritiva das mesmas.

Para analisar as questões de resposta aberta recorreu-se a uma Análise Temática (AT) (Braun & Clarke, 2006);

A análise temática é um método muito utilizado que permite reconhecer temas dentro dos dados, organizando-os e descrevendo-os minuciosamente, ainda que por vezes também interprete os diversos aspetos do tema em pesquisa. Não existe uma forma específica para a fazer e não se encontra vinculada a um quadro teórico específico (Souza, 2019), o que permite a sua aplicação em vários contextos teóricos (ainda que não em todos) e pode ser utilizada para realizar diferentes tarefas dentro desses contextos. Além disso, devido à sua flexibilidade e utilidade como ferramenta de investigação, permite um relato de dados mais profundo e detalhado, embora complexo.

Braun e Clarke (2006) descrevem a análise temática em seis fases distintas: 1) Familiarizar-se com os dados, 2) Criar códigos iniciais, 3) Procurar temas, 4) Rever os temas, 5) Definir e nomear temas, e 6) Produzir o relatório/redação dos dados. Segundo Patton (1990), estas fases da análise temática são apenas diretrizes, sendo que devem ser aplicadas de forma flexível e adaptadas aos dados de pesquisa. Adicionalmente, é importante referir que esta análise não é um processo linear em que se passa de uma fase para a outra, mas sim um processo que se desenvolve ao longo do tempo e implica voltar atrás conforme seja necessário.

Para esta análise temática, recorreu-se às seis fases descritas anteriormente (Braun & Clarke, 2006), e elaborou-se um sistema de categorias misto, isto é, com categorias definidas *a priori* e *a posteriori* da recolha dos dados, em que cada resposta dentro de cada categoria corresponde a uma Unidade de Registo (UR). Estas categorias serão apresentadas na próxima secção.

## **2.2. Estudo 2**

Considerando as respostas obtidas na avaliação de necessidades já realizada, considerou-se necessário aprofundar e clarificar alguns aspetos referidos no questionário do estudo 1.

Assim, o estudo 2 teve como objetivo clarificar alguns aspetos do estudo 1, mais especificamente aprofundar questões sobre 1) o nível de conhecimento sobre violência sexual de crianças ou pessoas especialmente vulneráveis; 2) se os catequistas se sentem agentes de prevenção e se sentem confortáveis e capazes para adotar este papel; 3) as necessidades que sentem em termos formativos nesta problemática.

### **2.2.1. Participantes**

Participaram três catequistas, pertencentes a três das 20 Dioceses, tendo sido, portanto, uma amostra recolhida por conveniência. A amostra é constituída por dois catequistas do sexo masculino e um do sexo feminino, com 36, 60 e 51 anos de idade, respetivamente. Exercem a profissão de Catequista, em média, há 15 anos. Como profissão principal, referem ser psicólogo, professor de Educação Moral Religiosa Católica e assessor técnico.

### **2.2.2 Instrumento**

Foi elaborado um guião semiestruturado para a condução de um grupo focal (Anexo B).

O grupo focal é um método qualitativo e uma forma de entrevista em grupo que recolhe informações através das interações entre os participantes, cujo objetivo é explorar perceções, crenças e atitudes sobre um tema específico, sugerido por um moderador (Morgan, 1997; Kitzinger, 2000). Contrariamente às entrevistas individuais, os grupos focais baseiam-se na dinâmica entre os participantes para gerar dados, sendo da responsabilidade do investigador a criação de um ambiente favorável à discussão de opiniões (Patton, 1990; Minayo, 2000).

Os grupos focais são muito utilizados em estudos exploratórios ou avaliativos, podendo ser a principal fonte de dados ou ser um complemento de estudos quantitativos e qualitativos (Merton; Fiske; Kendall, 1990; Morgan, 1997). Podem ser utilizados para focalizar a pesquisa e ajudar a definir questões de investigação mais precisas, orientar o investigador sobre o campo de estudo, avaliar serviços ou programas e desenvolver hipóteses para estudos futuros (Morgan, 1997; Minayo, 2000; Veiga; Gondim, 2001; Bauer; Gaskell, 2017). Neste estudo em específico, o grupo focal foi utilizado como complemento ao estudo quantitativo realizado anteriormente

e teve como objetivo focalizar a pesquisa e ajudar na definição de questões de investigação mais precisas.

Assim, este grupo focal centrava-se em cinco questões principais sobre a prevenção do abuso sexual (e.g., “Qual o papel dos catequistas na prevenção do abuso sexual?”), a articulação desta problemática com os ensinamentos da catequese (e.g., “Em que medida são estes temas passíveis de ser articulados com os ensinamentos que são dados na catequese?”) e a importância de envolver os pais e outros elementos da sociedade na abordagem deste tema (e.g., “Faz sentido um catequista envolver os pais ou outras figuras de referência na comunidade na abordagem do tema do abuso sexual de crianças?”).

### **2.2.3. Procedimento**

#### **Procedimento de recolha de dados**

Primeiramente, elaborou-se o pedido à Comissão de Ética do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, para se poder iniciar o estudo dois (Parecer PSI\_22/2024A). Após resposta positiva, contactou-se o SNEC por forma a perceber quais os Catequistas que estavam disponíveis para participar neste estudo. Após este pedido, o SNEC encaminhou os nomes dos Catequistas que se mostraram interessados em colaborar e os respetivos contactos, tendo sido, posteriormente, contactados via e-mail, através do qual se enviou o consentimento informado (Anexo C) e as informações principais sobre o estudo, que se realizou no dia 11 de junho de 2024.

Contactos feitos e consentimentos devidamente assinados, iniciou-se o grupo focal, começando por agradecer a disponibilidade demonstrada em participar neste estudo. Procedeu-se a uma breve descrição do objetivo do estudo e contextualização do estudo realizado anteriormente, assim como do tratamento dos dados pessoais e em como a participação é voluntária e os dados são confidenciais. Além disso, foram também explicitados os potenciais riscos associados à participação neste estudo, e foram disponibilizados contactos de entidades e linhas de apoio caso surja algum desconforto após a participação (i.e., APAV, SOS Voz Amiga e Grupo VITA).

O grupo focal foi realizado online, na plataforma Zoom, e teve uma duração média de 90 minutos, tendo sido gravado em formato de áudio, depois de obter autorização dos participantes. A gravação foi, posteriormente, transcrita, para facilitar o processo de análise de dados, e destruída após a sua transcrição.



## **Procedimento de análise de dados**

Após recolha dos dados no grupo focal, os mesmos foram analisados recorrendo à técnica de análise temática (Braun & Clarke, 2006) já explicitada anteriormente

## **Capítulo III. Resultados**

### **3.1. Estudo 1**

Os resultados serão apresentados articulando as descritivas das questões de resposta fechada, com a análise temática de questões de resposta aberta associadas a algumas delas.

#### **Nível de conhecimento sobre violência sexual de crianças e pessoas especialmente vulneráveis**

Neste estudo verifica-se que em média, os respondentes ( $n = 1508$ ) dizem ter um nível médio de conhecimentos sobre esta problemática ( $M = 58.23$ ,  $DP = 26.51$ ).

#### **Conforto na abordagem ao tema**

Esta questão refere-se ao nível de conforto que os catequistas sentem para abordar esta temática com os seus grupos de catequese. A análise descritiva dos dados ( $n = 1555$ ) permite verificar que o nível de conforto médio dos respondentes é de 71.86 ( $DP = 24.72$ ), ou seja acima do ponto médio da escala de resposta.

#### **Abordagem ao tema do abuso sexual infantil**

Esta questão diz respeito à abordagem da problemática do abuso sexual com as crianças em contexto de catequese. A este respeito, verifica-se que 50.20% ( $n = 792$ ) dos respondentes afirmam que abordam esta temática com as crianças e jovens.

#### **Frequência**

Nesta questão pretendeu perceber-se a frequência com que os catequistas abordam a temática do abuso sexual infantil com os seus grupos de catequese, tendo como escala de resposta: “Uma vez”, “Pontualmente”, “Frequentemente” e “Muito frequentemente”. Dos 832 respondentes, a resposta “Pontualmente” é a mais escolhida, por 76.80% dos participantes, sendo a resposta “Frequentemente” escolhida por 10.70% dos catequistas e, de forma muito residual, 1.40% dos participantes escolhem a resposta “Muito frequentemente”.

Nas opções “Frequentemente” e “Muito frequentemente”, foi pedido aos catequistas que especificassem a sua resposta. Na opção “Frequentemente” os respondentes dão respostas que se agregam em sete temas: o tema “frequência” inclui ou respostas mais vagas (“Várias vezes”) ou respostas mais concretas evidenciando um número concreto de situações (“Num ano de catequese abordei umas três vezes”, “Duas vezes por período”, “Duas, três vezes por ano”, “Mensalmente” e “Praticamente em todas as catequeses”). Outros temas são: Papel ativo dos

jovens (i.e., são os jovens que trazem a temática para a catequese); Temas abordados; Relação com temas catequéticos; Adequação à idade das crianças/jovens; Media; Comportamentos de risco.

No que diz respeito ao Papel ativo dos jovens (UR= 22), verificou-se que alguns catequistas apenas abordam a temática quando a mesma é solicitada pelos jovens, sendo esta trazida por diferentes motivos: porque tiveram conhecimento sobre alguma situação (e.g., “Falando das situações que aconteceram e eles tiveram conhecimento”); porque referem ter dúvidas relacionadas com o tema (e.g., “no âmbito de questões/situações colocadas pelos adolescentes”); porque decorrem de conversas entre pares (e.g., “(...) muitas vezes conversas entre eles”); pedidos para abordar o tema (e.g., “Quando os próprios adolescentes pediram o tema”) ou “desabafos” (e.g., “Sempre que nos encontros os jovens desabafam por más experiências”).

No que se refere à Relação com temas catequéticos (UR =12), alguns participantes mencionam que abordam a temática quando esta decorre do tema de catequese que estão a discutir no momento, mas os respondentes, salvo poucas exceções, não os especificam (e.g., “Sempre que está de acordo com o tema da catequese”, “Sessões de catequese que falam desse tema”, “Temas em debate na catequese” e “Quando o assunto catequético foca algo sobre violência é sempre oportuno lembrar”).

Relativamente aos Temas abordados (UR= 8), os catequistas referem abordar junto dos seus grupos de catequese alguns temas que consideram estar relacionados com a temática do abuso sexual, a saber: “questões da autoimagem, os afetos, a exposição nas redes sociais, as escolhas do bem, a pressão de grupo”, “as emoções, pedir ajuda, ser empático, dizer não”, “uso saudável da internet”, “os perigos na adolescência”, “conhecermos o nosso corpo e sermos capazes de sabermos distinguir os toques” e “respeitarem-(se) a si em primeiro lugar”.

Em relação aos Media (UR = 6), os participantes relatam que muitas das vezes o assunto é abordado nas catequese com base nas notícias que a comunicação social transmite (e.g., “quando há casos em que as crianças têm conhecimento através das redes sociais e TV e etc.”, “Sempre que a comunicação social emite notícias concretas sobre o assunto”, “Sempre que os media relatam algo”).

Sobre a Faixa etária (UR= 4), os catequistas referem que apenas abordam a temática com grupos de catequese de pré-adolescentes e adolescentes (e.g., “com grupos de catequese da adolescência” e ajustado à idade (“de acordo com a faixa etária”).

Por último, os Comportamentos de risco (UR= 1), que dizem respeito a situações em que os catequistas tocam no assunto quando há indicadores que algo pode não estar bem, como

por exemplo: “(...) algum comportamento da criança ou jovem parece dar indicadores de que possa haver indícios de assédio ou abuso (e já foram alguns casos)”.

À resposta “Muito Frequentemente” (n = 12) os catequistas dão respostas mais concretas (“Quase em todos os encontros”, “Mensal”) ou mais vagas (e.g., “Sempre que necessário”).

### **Modo de abordagem**

Esta pergunta diz respeito à forma como os catequistas abordam a problemática do abuso sexual com os seus grupos de crianças e jovens, para os que, efetivamente, o fazem, tendo como opções de resposta “Recurso a materiais disponíveis” e “Outro”.

As respostas dadas pelos catequistas (n=713), em ambas as opções, agrupam-se em 11 temas: Diálogo/debates; Recursos Audiovisuais; Documentos escritos; Internet; Materiais ligados à Igreja; Dinâmicas e exercícios; Profissionais especializados; Materiais de entidades; Media, Casos Reais e Temas.

No que refere à opção de resposta “Recurso a materiais disponíveis”, os catequistas (n=215) referem que abordam o tema utilizando recursos Audiovisuais (UR= 71) como por exemplo: “Apresentação de diapositivos”, “ filmes e fotos”, “vídeos”, “Pedagógicos vídeos”, “músicas/letras”, “Vídeos de psicologia e pedagogia infanto juvenil”, “escola virtual” e “ curta metragens”; Materiais ligados à Igreja (UR= 26) (e.g., “Bíblia, catecismo ”, “guia e algumas encíclicas que façam referência ao tema”, “Figuras/imagens referentes as personagens bíblicos (do Natal/do presépio)”, “Magistério”, “Material da catequese”, “Panfleto da diocese sobre abusos sexuais”, “Say Yes”, “Evangelho” e “Programa de EMRC 7º ano”); reportam a utilização dos Media (UR= 25) na abordagem do tema (e.g., “notícias que vão surgindo”, “notícias na tv”, “redes sociais”, “Jornais, revistas” e “Comunicação social”); alguns referem recorrer apenas ao Diálogo (UR=24) (e.g., “Conversa informal”, “Diálogo”, “debate no grupo” e “Não havia materiais físicos, apenas falando”); alguns respondentes referiram também que recorrem a Documentos escritos (UR= 23) na abordagem ao tema, como “panfletos”, “Através de documentos”, “excertos de artigos”, “folhetos informativos”, “posters”, “cartões”, “textos” e “livros sobre o corpo humano e sexualidade adequados a idade”; mencionam o uso da Internet (UR=14) (e.g., “Informação disponível na internet” e “online”) e que recorrem a Materiais de entidades competentes (UR=10), como “material de prevenção disponibilizado pela APAV”, “relatos de materiais de CPCJ”, “Escola Segura”, “Materiais destinados às escolas” e “Relatório da comissão independente”; além disso, utilizam Casos reais e testemunhos (UR= 9): “Exemplos reais”, “Explicando com testemunhos”, “Situações reais... acontecimentos

conhecidos e aproveito para os alertar para estas situações” e “Uso exemplos verdadeiros de algum caso verídico”; recorrem também à utilização de Dinâmicas e exercícios (UR = 6) (e.g., “(...) dinâmica para alertar os perigos”, “jogos” e “atividade lúdica”), e a Profissionais especializados (UR= 4) para abordarem o tema com as crianças e jovens (e.g., “Proporcionar conferências com pessoas qualificadas”, “Normalmente peço ajuda a pessoas formadas para me ajudarem a abordar o tema conforme as idades. Sempre procurei que amigas médicas me deão material ou que me orientem na abordagem”, “informação de pessoas que normalmente trabalham com este tipo de problemas”, “com um médico”, “ajuda psicólogo”, “Conversas com profissionais de saúde e educativos para os jovens; além de referir todos estes materiais, os catequistas mencionam também alguns Temas que focam ao abordar a temática do abuso sexual infantil (UR= 3), como “modo de vestir”, “aceitação da minha pessoa” e “o corpo como templo de Deus”.

A opção de resposta “Outros” (n=498) contemplava os mesmos temas, mas com unidades de registo diferentes: Diálogo/debates (UR=321); Media (UR=54), Temas (UR=36); Casos Reais (UR=15); Recursos Audiovisuais (UR=11); Profissionais especializados (UR=10); Documentos escritos (UR=6); Internet (UR=4); Materiais ligados à Igreja (UR=3); Dinâmicas e exercícios (UR=3); Materiais de entidades (UR=3).

Neste sentido, relativamente ao tema “Temas”, destacam-se alguns temas que não foram referidos na categoria anterior, como: “segredos”, “uso da internet”, “diálogo com desconhecidos”, “amor”, “violência nas escolas”, “bullying na escola”, “suporte parental como primeira linha de apoio bem como a APAV”, “direito de dizer não”, “emoções”, “pedir ajuda”, “o que deve e não deve ser consentido” e “o toque e a maneira como tocámos”.

### **Integração de materiais lúdicos de prevenção**

Esta questão refere-se à viabilidade da integração de materiais lúdicos de prevenção do abuso sexual nos grupos de catequese, na opinião dos catequistas, tendo uma escala de resposta de 0 a 100 (0 - Nada, 100 - Muitíssimo). Os resultados indicam que os participantes (n= 1519) consideram ser viável a integração destes materiais (M = 68,14, DP = 26,80).

### **Formação para integração de materiais de prevenção**

Decorrente da questão anterior, esta pretendia perceber se os catequistas consideram necessário uma formação prévia para considerarem a possibilidade de integração de materiais de prevenção nos seus grupos de catequese. Os respondentes (n= 1568) tinham três opções de resposta (Sim; Não; e Não sei), sendo que a grande maioria (n=1339) respondeu positivamente

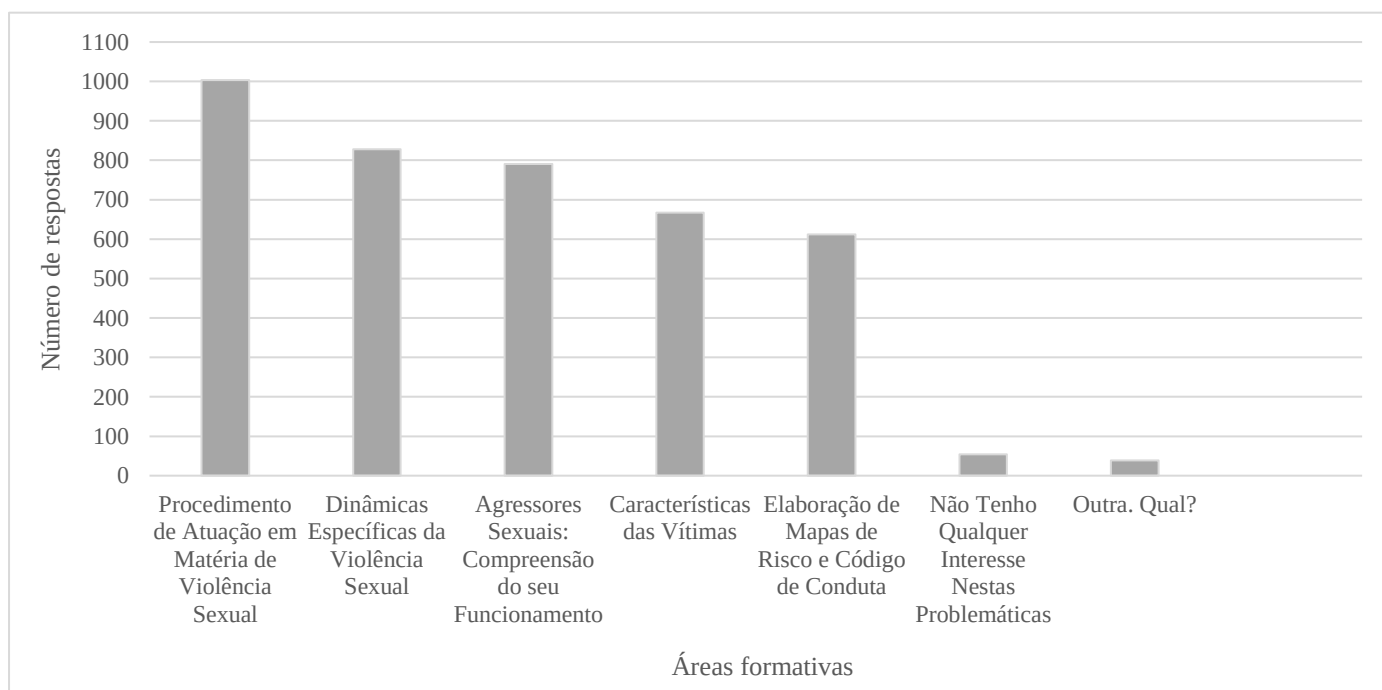
(85,40%), ou seja, consideram essencial a formação prévia para considerarem a integração destes materiais nos seus grupos de catequese.

### Áreas formativas

Com esta questão pretendia-se compreender em que tópicos os catequistas consideram sentir uma maior necessidade formativa. Assim, os participantes tinham como opções de resposta: Dinâmicas específicas da violência sexual; Agressores sexuais: compreensão do seu funcionamento; Prevenção primária ou universal do abuso sexual; Elaboração de mapas de risco e código de conduta; Procedimentos de situação em matéria de violência sexual; Características das vítimas; Outra opção de resposta era “Não tenho qualquer interesse nestas problemáticas”, e “Outra. Qual?”, sendo que nesta última era pedido aos participantes que especificassem outras áreas de formação. De entre todas as opções de resposta, as áreas em que os catequistas consideram maior necessidade de formação foram a Prevenção primária ou universal do abuso sexual (n= 1044) e os Procedimentos de atuação em matéria de violência sexual (n= 1003), como está representado no gráfico abaixo apresentado:

Gráfico 2

*Áreas em que sentem necessidade formativa*



Relativamente à opção: “Outra. Qual?” (n= 39), os participantes especificaram outras áreas formativas que consideram importantes, que se agrupam em sete temas: Apoio à vítima; Abordar o tema junto das crianças; Papel da família; Procedimentos em caso de abuso; Sinais

de alerta e Formação geral. Os catequistas consideram essenciais ações de formação de Apoio à vítima: “como encorajar a vítima a denunciar o agressor”, “como ajudar psicologicamente jovens que já tenham passado por essas experiências” e “que tipo de apoio dar às vítimas”; como Abordar o tema junto das crianças, e.g., “capacitação para responder devidamente as questões colocadas pelas crianças/jovens”, “como falar disso às crianças”, “ forma de comunicar sem chocar” e “formas de abordar este tema, nas diferentes idades”; o Papel que a família desempenha nesta problemática (e.g., “os pais também necessitam formação” e “ compreender o papel da família nesta problemática da violência sexual”); os Procedimentos que o catequista deve seguir se tiver conhecimento de algum caso de abuso sexual, tais como “formas de atuação (como, quando, com quem)” e “mecanismos de reporte”; os Sinais de alerta para os quais os catequistas devem estar atentos (e.g., “saber identificar uma vítima sem esta o revelar” e “técnicas/sinais para identificar vítimas”); e, por último, uma Formação geral que englobe de tudo um pouco (e.g., “A formação deve ser num todo”, “Toda a formação geral e específica é necessária e fundamental” e “Tudo quanto for possível para preservar crianças”).

### **Questões e sugestões**

Esta questão pretendia dar espaço aos participantes para que pudessem colocar questões ou dar sugestões relativamente à problemática abordada ao longo do questionário. As respostas dos catequistas agrupam-se em sete temas: Formação dos catequistas; Incluir família e comunidade educativa; Mudanças na catequese; Não abordagem do tema; Consentimento dos pais; Afetos vs Abusos; e Ideologia de género. Os catequistas consideram que a Formação é importante e fundamental (e.g., “ Ter mais formação sobre este assuntos , e disponibilizar mais informação de ajuda para quem sobre de abusos” , “ Formação áreas sociais, psicologia, espiritualidade, crescer na fé” e “ Devemos sim ter formação sempre que possível”) já que a sua principal função é garantir o bem-estar das crianças; ainda assim referem que é igualmente importante Incluir as famílias e a comunidade educativa na abordagem à problemática (e.g., “ Sensibilizar as famílias catequizando para esta problemática”, “Que esta temática não seja só na catequese mas também dirigida às famílias e comunidade escolar” e “ (...) pais e encarregados de educação também deviam ser envolvidos e ter formação”).

Sugeriram algumas Mudanças que deveriam ser implementadas ao nível da catequese, na tentativa de mitigar os casos de abuso sexual no contexto da Igreja Católica, tais como: “Não seria de repensar a idade de alguns catequistas, parar qualquer ano de catequese?”, “Quem lida com crianças e jovens obrigado a facultar registro criminal”, “ (...) carácter "obrigatório" destas formações.”, “ Adequar melhor os catecismos a esta temática” e “ Deveria ser sempre dois

catequistas principalmente se forem do sexo masculino visto o abuso sexual ser maioritariamente perpetuado pelo sexo masculino”. Além disso, creem que para abordarem este tipo de temáticas com as crianças e jovens, deveria ser necessário o expresse Consentimento dos pais (e.g., “ Na minha opinião os pais devem ser os primeiros a dar o consentimento”, “ (...) qualquer catequista que quisesse abordar devia de falar primeiramente com os pais e expor-lhes a intenção, conteúdo, materiais, etc (...)” e “Estes temas têm que ser tratados com muito cuidado e com o consentimento dos pais”). Ainda assim, há catequistas que consideram que não se deve abordar este tema na catequese - Não abordagem do tema - por não existir tempo suficiente para o fazer (e.g., “ (...) o tempo de catequese já é bastante reduzido com os conteúdos esperados”, “”, “Nao numa hora semanal de catequese” e “Acho que na catequese, não há tempo”) ou por se tratar de um tema que é da responsabilidade da família (e.g., “ (...) As famílias serão as maiores responsáveis (...)” e “ considero que abordar /consciencializar as crianças/jovens/adolescente, em relação a este tema ou assunto , é da responsabilidade primária das Famílias”). Demonstram também uma preocupação com a distinção entre Afetos e Abusos na interação entre catequistas e criança/jovens (e.g., “Saber distinguir a diferença entre o que é ou era um gesto de afeto e de carinho e passou a considerar-se abuso sexual” e “catequese: afetos, toque... e risco de ser mal interpretada...”) e com a Ideologia de género, acreditando que, de alguma forma, se interliga com a problemática do abuso sexual infantil (e.g., “ Tema: como lidar com a Homossexualidade junto das crianças e jovens”, “ a minha sugestão vai também para o perigo da ideologia de género e os movimentos LGBTQ+. É urgente combater este tipo de movimentos ideológicos”, “Que género se identifica. Isto não é uma pergunta católica. Deus fez-nos homens ou mulheres. Mais oração meus senhores” e “A forma como as escolas estão impor as ideologias na formação das crianças causando desorientação psicológica”).

## **3.2. Estudo 2**

Tendo em conta os dados obtidos por meio do grupo focal, foram definidas quatro dimensões principais: 1) Catequistas como agentes de prevenção; 2) Perceção sobre prevenção; 3) Materiais e estratégias utilizadas; 4) Perceção sobre prevenção. Estas dimensões estruturam-se, por sua vez, num conjunto de temas e subtemas:

### **Catequistas como agentes de prevenção**



Esta dimensão diz respeito às dificuldades, facilidades ou outras considerações que os catequistas encontram relativamente à sua ação como agentes de prevenção do abuso sexual das crianças e jovens com as quais trabalham. Neste seguimento, surgem três temas: 1) Constrangimentos - que se subdivide em três subtemas - macro, micro e intraindividuais - 2) Resistência à formação; 3) Recetividade formativa.

Os Constrangimentos macro (UR = 3) referem-se à sociedade como um todo e ao facto de, culturalmente, a problemática do abuso sexual ainda ser considerada um tabu e, portanto, pouco falada. Nesta perspetiva, os catequistas afirmam que não se sentem confortáveis e à vontade para abordar esta temática nos seus grupos de catequese, acrescentando que: “muitas vezes nem como pais se sentem confortáveis a falar disso com os filhos, portanto, não vão falar com os filhos dos outros”. Além disso, referem, também, que os pais também podem constituir um obstáculo à abordagem desta problemática, afirmando que há grupos em que se sentem mais confortáveis em falar de determinados assuntos, do que outros (e.g., “há grupos em que estar com aquelas famílias é como estar com a nossa, é muito simples, é muito fácil, a coisa flui, e portanto sentimo-nos também mais à vontade para abordar qualquer tipo de tema (...) e outros pais que vêm com uma expectativa diferente (...) e aí a colaboração se calhar fica mais difícil”). Para complementar, referem que “há todo o contexto cultural, tradicional, mesmo até de algum ponto de vista religioso que impede que as pessoas falem”, portanto para abordar estas temáticas com as famílias tem de ser “assim muito portuguesinha e com muitos paninhos quentes, para as famílias não pensarem que está a acontecer alguma coisa na nossa comunidade”.

Os Constrangimentos micro (UR=9) dizem respeito a uma parte da sociedade mais específica, neste caso a Igreja, ou seja, a comunidade religiosa não aborda a problemática e, portanto, isso constitui um obstáculo para os catequistas como agentes de prevenção. Neste sentido, afirmam que “acaba por ser um quebra-cabeças porque depois os catequistas agarram-se só ao programa pedagógico que têm e não se focam em mais nada porque aquilo não tem cabimento dentro daquilo que está estruturado fazer-se nas gestões de catequese”, que “os catecismos e programas não estão preparados para abordar estes temas” e que “é necessário desmistificar isto e falar disto abertamente como se fala de outras matérias catequéticas”. Referem que é importante “não criar um alarme social nas nossas comunidades” e envolver os pais neste sentido para que não se perguntem “porque é que eles estão a falar disto?” e “Então, mas houve algum problema na catequese?”. Além disso, mencionam outro aspeto que consideram de extrema importância, que é o facto da Bíblia não referir situações de abuso sexual e que, portanto, este tema acaba por ser novo neste contexto (e.g., “não me estou a lembrar de situações em que Jesus tenha passado e alguém tenha acusado alguém de situações

deste género (...) portanto não sendo assuntos novos estes, são”. Por fim, referem ainda que, mesmo na escola, é preciso abordar o tema “com muita cautela, porque realmente depressa vamos contra os princípios da igreja (...) o nosso discurso resvala logo para um anticatolicismo”.

Os Constrangimentos intraindividuais (UR =1) remetem para as características individuais dos catequistas, que também podem constituir uma barreira à sua ação como agentes de prevenção. Neste seguimento, o catequista menciona que existe um “estabelecido de que o catequista, por norma, é uma senhora, acima de uma faixa etária dos 50 anos e que consideram sempre que são pessoas totalmente isentas de qualquer desconfiança”, alertando que em situações de formação ou de sensibilização, por vezes, é complicado chegar às pessoas, porque elas consideram que “nunca é para eles, é sempre para os outros, nomeadamente para homens e gente nova”, ou seja, crê que existe o estereótipo de que apenas os homens e as pessoas mais novas são propensos a cometer o crime de abuso sexual, estando as pessoas mais velhas isentas de tais atos.

A Resistência à formação (UR=1) refere-se à forma como os catequistas aderem às ações de formação e de sensibilização realizadas nas dioceses relativamente à problemática do abuso sexual, mais concretamente, à forma como se opõem a estas ações e a falar sobre o tema. Deste modo, destaca que “na altura em que se começou a falar dessas temáticas, algumas pessoas saíram da sala” e ainda que “outras acharam que não era uma conversa apropriada para uma reunião de catequistas”.

O subtema Recetividade formativa (UR = 2), por outro lado, remete para a forma como os catequistas acolheram estas ações de formação e sensibilização, referindo que há interesse em colocar em prática as temáticas que nelas são abordadas (e.g., “ na diocese X, fizemos uma sensibilização em todas as vigararias, foi bem acolhida essa sensibilização” e “(...) há interesse e há acolhimento por parte de uma massa de catequistas em divulgar, em colocar em funcionamento, em campo, estas temáticas”).

### **Perceção sobre prevenção**

Esta dimensão refere-se à forma como os catequistas percecionam o abuso sexual. Assim, foram construídos cinco temas que contemplam estes fatores: 1) Integração da prevenção nos temas catequéticos; 2) Envolvimento da comunidade; 3) Desconhecimento sobre prevenção; 4) Temas abordados na prevenção; 5) Obstáculos no envolvimento dos pais.

O subtema “Integração da prevenção nos temas catequéticos” (UR=6), refere-se à importância das temáticas da prevenção estarem articuladas e integradas nos temas abordados

na catequese. Desta forma, os catequistas destacam que para serem criados programas de prevenção de acordo com os temas da catequese “era necessário que, quem vai propor um manual de boas práticas, tivesse conhecimento do programa pedagógico para cada um dos anos de catequese” e que “os catecismos estão muito acessíveis”. Quando questionados sobre temáticas da catequese em que se pudesse integrar temas da prevenção, são um pouco vagos: “(...) eu estou assim a passar um bocadinho de cor pelos olhos os temas abordados, por exemplo, no quarto ano, e não estou lá a ver nada diretamente relacionado com o corpo (...)”, “não é muito difícil, mas é preciso mergulharmos no assunto não é, e pensarmos que volta é que poderíamos dar tendo em conta que quem vai abordar é alguém que não é formado na área, que não está à vontade (...)” ,“(...) para vasculhar os temas catequéticos de fio a pavio é muito complicado; é complicado não, isso faz-se, mas será sempre um trabalho muito árduo (...)” e “não faz sentido que seja um assunto que cai de pára-quedas entre aspas, não é, portanto tem que vir diluído noutros temas”. Ainda assim, referem alguns temas que se poderiam relacionar ou abordar, de forma indireta, com temáticas da prevenção, como: as catequese em que se fala da relação com o outro, com autoridade, com os pais e com os amigos e nos compromissos que a criança ou jovem tem de assumir - neste caso, poderia abordar-se “o compromisso de saber dizer sim e saber dizer não”; o catecismo do primeiro volume que se baseia “nos amigos, na relação mais próxima da mãe com o pai, os irmãos, portanto toda a componente emocional tá aí muito presente”. Além disso, mencionam que “há realmente uma lente católica que é preciso pôr nos materiais que temos ao nosso dispor até agora, e portanto daí também a pertinência de termos materiais adaptados a esta realidade concreta”, ou seja, consideram que é preciso ter “atenção à linguagem, atenção aos símbolos que são usados, sejam os vídeos, as cartas, atenção ao título” visto que, muitas vezes, pode ir contra o que o contexto religioso defende. Referem, ainda, que “nunca levaria esse título para a catequese (“no meu corpo mando eu”), se calhar antes de mais para me proteger a mim, mas porque sei que ele é de facto muito polémico (...) mas espera aí, o teu corpo também é um dom, também foi dado por Deus (...)”.

O “Envolvimento da comunidade” (UR= 5) remete para a importância que os catequistas atribuem a envolver membros da comunidade, como a família e a escola, também eles como agentes de prevenção. Deste modo, no que diz respeito à escola, apontam que “é uma fatia importantíssima e que ocupa muito tempo e muito espaço das nossas crianças e jovens”, pelo que também é importante incluí-los como agentes de prevenção. Relativamente à integração da família, referem que “temos cada vez mais paróquias, comunidades, a apostar na catequese familiar”, sublinhando a importância da “formação dos adultos significativos (...) para que esta sensibilização seja o mais transversal possível, porque a catequese na paróquia

deverá ser um complemento da igreja doméstica”. Mencionam que é importante contextualizar tudo com os pais para que eles “vejam aquilo que eu vou apresentar, de que forma vou apresentar e de que modo vou conseguir inserir dentro desta ou daquela sessão de catequese”. Finalmente, consideram que, como a catequese está reduzida a 1h ou 2h semanais, “esta necessidade de articulação entre diferentes estruturas, quanto mais acontecer melhor”.

O “Desconhecimento sobre prevenção” (UR=4) refere-se à falta de conhecimento que os catequistas sentem sobre a prevenção do abuso sexual (e.g., “(...) quando falamos de prevenção se calhar não é bem esta ideia de um olhar clínico ou vamos desconfiar deste ou daquele, não é, precisamos deixar muito claro que o que estamos aqui a fazer. É dar ferramentas a cada criança, a cada adolescente e a cada jovem para se conhecer e se proteger a si próprio, não é, onde é que passa a linha do meu conforto não é”; “Mas eu acho que, no geral, há um grande desconhecimento sobre os temas da prevenção.”). Esta falta de preparação faz com que se sintam assustados e inseguros ao lidar com esta temática (e.g., “(...) parece que muitos dos catequistas se assustam com este tema, não que não sejam capazes, mas como não está muito claro o que é que significa essa coisa da prevenção, e então assustam-se e preferem não serem eles a falar do assunto”).

O subtema “Temas abordados na prevenção” (UR=4) diz respeito aos temas que, na perspetiva dos catequistas, são abordados nos programas de prevenção do abuso sexual, além dos que já foram destacados no estudo anterior (i.e., avaliação de necessidades). Assim, destacam: a assertividade, referindo que “esse é o grande tópico”; as competências pro-sociais, ou seja, “(...) aquilo que nos ajuda a relacionamentos com os outros e que promovem relações saudáveis”; a internet, referindo que “é um manancial de preocupações, de problemas, mas é ao mesmo tempo aquela que é mais descurada pelos pais”; os toques e as partes privadas (e.g., “(...) primeiro o corpo é delas, só mexe no corpo delas quem elas autorizarem”; a relação com o outro; o bullying, “que é muito mais próximo do âmbito catequético do que propriamente um adulto abusador”; e o pedir ajuda.

Para finalizar, no decorrer do subtema “Envolvimento da comunidade”, surge o subtema “Obstáculos no envolvimento dos pais” (UR=3), que respeita às dificuldades e barreiras que os catequistas sentem ao integrar e envolver os pais na prevenção do abuso sexual. Assim, destacaram como obstáculos: os próprios catequistas, referindo a sua “incapacidade de fazer chegar esta mensagem aos pais”; “a incompreensão dos pais, pelo facto de na catequese estar a abordar estes temas quando antes não acontecia”; o desconhecimento e alarmismo social que se gerou, visto que “até aqui não aconteceu porque é que agora se reveste de tanta preocupação?”; a insegurança em falar sobre esta problemática; e, também, a questão do

segredo e privacidade relativamente ao que se passa em casa, explicitando que “os pais têm muito medo que os meninos vão dizer o que se passa em casa e que os meninos se abram sobre o que é que se passa em casa”, alegando que o seu papel é “proteger o filho”.

### **Materiais e estratégias utilizadas**

Esta dimensão diz respeito aos materiais que os catequistas utilizam na abordagem de temas relacionados com a prevenção do abuso sexual, assim como estratégias que colocam em prática para conseguirem alcançar as crianças e os jovens. Por conseguinte, este tema divide-se em dois subtemas: 1) Estratégias utilizadas; e 2) Materiais utilizados.

No que diz respeito às “Estratégias utilizadas” (UR=11), os catequistas consideram que uma das mais cómodas e “mais significativas” para as crianças é serem elas próprias a trazer esta temática, seja através de questões ou dúvidas, ou até mesmo o catequista “partir de alguma atitude, alguma palavra, alguma conversa da criança” para, então abordar o tema, caso contrário consideram que seria estar a forçar a introdução do tema ou que as crianças iriam achar que o catequista estava “ali a puxar um fio com essa intencionalidade”. Referem, também, trabalhar com base no “jogo social”, para que as crianças se libertem e interajam, mesmo que fujam ao tema que está a ser falado na catequese, não sendo preciso “puxar por nenhum fio para que elas consigam ir desbobinando”.

Quanto aos “Materiais utilizados” (UR=3), os catequistas referem: “um jogo pedagógico de tabuleiro - “À descoberta da sexualidade”, “No meu corpo mando eu” e há quem refira que não utiliza “absolutamente nada”. Concluem que utilizam materiais fora do âmbito catequético porque não têm conhecimento de materiais construídos especificamente para as catequese.

Destacam que o facto de as catequese serem realizadas em grupos pequenos e semanais, num “ambiente mais sereno” e de “maior proximidade física”, constitui uma mais valia para a abordagem de temas sensíveis. Além disso, mencionam que “já há muitos grupos de catequese que saem, que vão acampar (...)” e que, portanto, “já não está condicionada a um espaço fechado semanal”, pelo que seria importante e interessante pensar em estratégias que contemplassem as catequese “fora da sala”.

### **Percepção sobre formação**

Esta dimensão compreende a perspetiva dos catequistas relativamente à formação/capacitação, e subdivide-se em: 1) Importância da formação 2) Temáticas a ser esclarecidas; 3) Falta de formação.

A “Importância da formação” (UR=6) refere-se ao carácter essencial e necessário da capacitação dos catequistas para abordarem a problemática do abuso sexual. Assim, consideram que o catequista é “uma parte fundamental” e que é necessário ter os conhecimentos e técnicas para abordar as questões do abuso sexual, já que culturalmente não é um assunto fácil de abordar. Acreditam que “com treino, com formação, conseguimos chegar a essa parte de nos metermos, de nos apropriarmos de alguma maneira, em alguma atitude menos correta, ou pelo menos de detetar”, isto é, o catequista ser capaz de perceber os sinais ou sintomas de que algo não está bem. Mencionam, também, que “o catequista não tem de saber tudo, até porque não é a sua área profissional”, mas que convém que os pais “sintam que do outro lado está uma pessoa que sabe do que está a falar e que tem apoio de outros grupos”, como o grupo VITA e as comissões diocesanas, isto é, “grupos credenciados, com um rosto visível”, de forma a descansar os pais neste capítulo. Além disso, destacam também a importância desta formação ser focada na continuidade, no desenvolvimento e na sustentabilidade, para que, de forma mais independente, a Igreja seja capaz de estar atenta “aos sinais do mundo e sociais” e formarem-se no sentido de poderem “ao longo do tempo acompanhar as pessoas no seu crescimento e na sua continuidade”. Referem, ainda, que a formação vai dar ferramentas ao catequista para que possa dar a volta a determinadas questões que os jovens, mais concretamente adolescentes, possam levantar ao abordarem temáticas que a Igreja não reconhece, como a homossexualidade.

No que concerne ao subtema “Temáticas a ser esclarecidas” (UR=4), os catequistas referem que sentem necessidade de formação no que diz respeito à distinção entre o que pode ser considerado abuso e o que é apenas um gesto de afeto. Relatam que desde que se começou a falar sobre os casos de abuso sexual na Igreja, começaram a “refletir que tipo de gestos e afetos poderia ou não ter com os alunos, alunas, um abraço, um beijo, um passou-bem”, ou seja, começaram a colocar em questão que tipos de gestos afetivos poderiam ter com as crianças, confessando que deixaram de abraçar ou dar beijinhos às crianças com receio que terceiros poderiam estar a ver e interpretar de forma errada. Contudo, chamam a atenção que “dentro do seio da Igreja, nós anunciamos um Deus na relação, portanto nunca podemos anular essa componente afetiva e antes pelo contrário, assumi-la como uma oportunidade para abordar emoções, abordar aspetos, como é que eles se expressam, em que contextos, entre quem”, considerando, assim, que precisam de esclarecimento relativamente a esta questão para não se tornarem insensíveis com os seus grupos de catequese.

Para finalizar, o subtema “Falta de formação” (UR=1), remete para a preocupação do catequista quanto à falta de “esclarecimento, formação e contextualização perante os grupos”,

isto é, considera que existe uma grande lacuna quanto à formação dos catequistas neste tópico. Afirmar que é fundamental existir “um grupo de catequistas formadores que possa divulgar perante outros e acima de tudo que sejam vistos e credenciados como tal”.

## Capítulo IV. Discussão

### 4.1. Estudo 1

Considerando que o estudo 1 tinha como objetivo compreender a percepção dos catequistas em matéria de prevenção do abuso sexual, bem como as necessidades que sentem em relação a uma componente formativa nesta temática, destacam-se quatro pontos:

O primeiro ponto remete para o facto de metade dos catequistas referirem que não abordam a problemática do abuso sexual com as crianças e jovens. Esta falta de abordagem pode ser explicada pela falta de capacitação que os catequistas sentem relativamente a esta temática, já que grande parte crê ser essencial uma formação prévia para considerarem a possibilidade de integrar materiais de prevenção nos seus grupos de catequese. Desta forma, podemos comparar os catequistas com outros profissionais que podem ser considerados igualmente agentes de prevenção, nomeadamente os professores. Gushwa et al. (2019) aplicaram o programa “*Enough! Preventing Child Sexual Abuse in My School*” a professores, que tinha como objetivo responder às necessidades das escolas e aos obstáculos que encontram na prevenção do abuso sexual infantil. Com esta formação, os resultados revelam que os professores ampliaram o seu conhecimento sobre o abuso sexual infantil. Além disso, demonstraram altos níveis de satisfação indicando que a formação teve um impacto significativo no seu sentimento de competência sobre o tema, bem como na sua disposição e confiança para tomar medidas futuras perante casos de abusos sexuais ou violações dos limites das crianças. Este aumento do conhecimento, do sentimento de competência, da disposição e da confiança remete para o modelo COM-B, que parte do princípio de que um determinado comportamento (*Behaviour* - B), resulta da combinação de três fatores: Capacidade (C), Oportunidade (O) e Motivação (M) (Social Change UK, s.d.; West & Michie, 2020).

Segundo este modelo, para que um determinado comportamento aconteça, é necessário que a pessoa sinta que tem competências psicológicas e físicas para o executar (C), tenha oportunidade (O) e desejo ou vontade de o realizar (M). Assim, as intervenções devem incidir sobre um ou mais destes fatores para garantir uma mudança de comportamento eficaz, já que os mesmos interagem entre si (Social Change UK, s.d.).

O segundo ponto refere-se à relação dos temas abordados no âmbito da prevenção do abuso sexual com os temas catequéticos. De acordo com os resultados deste estudo, alguns catequistas referem que apenas abordam esta problemática quando, de alguma forma, está relacionada com o tema catequético que estão a abordar, contudo, as respostas dos participantes foram algo vagas, não especificando que temas catequéticos se relacionam com as temáticas



abordadas na prevenção do abuso sexual. Desta forma, considerou-se necessária a realização de um segundo estudo para poder aprofundar-se estas matérias.

O terceiro ponto diz respeito à resistência de alguns catequistas em abordar a temática do abuso sexual com os seus grupos de catequese, já que muitos relacionam esta problemática com a ideologia de género. Estes resultados são diferentes dos encontrados na literatura, uma vez que não foram encontradas referências à ideologia de género quando se trata o abuso sexual (e.g., Agulhas et al., 2023; Strecht et al., 2023; Alexandre et al., 2021; OPP, 2023), podendo ser considerado um mito.

De acordo com a literatura, existem mitos e crenças falsas sobre o abuso sexual na Igreja que constituem obstáculos à identificação e partilha de casos de abuso e à escuta ativa, contudo não estão ligados à ideologia de género (Quebrar o silêncio, 2023). Compreendem mitos sobre o abuso sexual na Igreja: 1) “o abuso sexual na Igreja não é um problema real” – muitas vezes, esta questão é descartada alegando ser um “ataque esquerdista” à igreja; 2) “a Igreja é mais capaz de lidar com o abuso internamente” – quando se trata de um crime, não envolver as autoridades é desrespeitar as Escrituras, pois alguns atos não são apenas errados e imorais, mas também ilegais; 3) “demonstrar graça significa dar o benefício da dúvida aos acusados” – muitos líderes religiosos confundem o perdão divino com permitir que líderes abusivos retornem a posições de poder; 4) “aguentar o abuso no casamento faz parte de amar como Jesus” – embora Deus desaprove o divórcio, ele também condena o abuso, por isso, tolerar abusos para evitar o divórcio é compactuar com o mal para que venha o “bem” (i.e., o casal permanecer junto); 5) “reconheceríamos um abusador se ele estivesse na nossa Igreja” este é talvez o mito mais perigoso, uma vez que os abusadores tendem a ser agradáveis, encantadores e dissimulados, o que torna difícil identificá-los com base na sua personalidade; 6) “atualizar as políticas resolverá o problema” – embora as políticas sejam essenciais, é necessária uma transformação na mentalidade e na cultura da Igreja, sem isso, nenhuma medida será completamente eficaz, sendo crucial promover um ambiente de transparência, proteção e responsabilidade (Lifeway Research, 2019).

O quarto e último ponto, refere-se à questão “Frequência” com que abordam a temática do abuso sexual com os seus grupos de catequese, onde é referida a temática “Comportamentos de risco”, que inclui apenas uma unidade de registo. Apesar deste resultado residual, remete para envios que podem existir na forma como reportar situações desta natureza, o que pode vir a impactar um procedimento cabal feito por autoridades competentes, como a Polícia Judiciária (Agulhas et al., 2023).

Posto isto, para clarificar alguns dos pontos resultantes do estudo 1, elaborou-se um segundo estudo, de natureza qualitativa.

## **4.2. Estudo 2**

A realização deste segundo estudo teve como objetivo clarificar e aprofundar alguns dos resultados obtidos no estudo anterior.

Globalmente, neste segundo estudo reforça-se a ideia de que os catequistas reconhecem a importância e a necessidade da formação no âmbito da prevenção do abuso sexual, apesar de nem sempre perceber qual pode ser o seu papel neste processo. Consideram que deve haver um maior envolvimento por parte das famílias e da comunidade (e.g., escola). Contudo, referem alguns obstáculos no envolvimento dos pais e da comunidade, onde se incluem outros catequistas, destacando-se o facto de este ser um assunto sensível e considerado tabu e, portanto, não ser um tema muito falado na sociedade. Estes resultados mostram que a condução de ações de sensibilização que permitam aumentar a literacia nesta problemática são essenciais, não só para os catequistas como para os pais (Agulhas et al., 2023), procurando-se desta forma mitigar a sua resistência e desconstruindo alguns dos mitos (Russell et al., 2024). Estes mesmos autores mostram que iniciativas pensados para pais (e.g., *Smart Parents—Safe and Healthy Kids*) de uma só sessão de 60 minutos, conseguem ser eficazes não só na aquisição de conhecimentos como na mudança de comportamentos. Também Nickerson et al (2018) verificou efeitos nos conhecimentos, motivação e comunicação sobre comportamentos de proteção após colocar pais a visualizar alguns vídeos sobre esta problemática.

O recurso a materiais e programas é, assim, fundamental, Apesar de existirem materiais de prevenção do abuso sexual ajustados a diferentes idades (e.g., Agulhas et al., 2016; Alexandre et al., 2017), estão a ser elaborados materiais específicos para o contexto da Igreja - programa Girassol para o 1º ciclo (Pinto, no prelo), e o jogo digital “Lighthouse game” para crianças de 2º e 3º ciclos (Conceição, no prelo).

## Capítulo V. Conclusão Geral

A presente dissertação procurou compreender a percepção dos catequistas face à prevenção do abuso sexual infantil. Mais concretamente, qual o nível de conhecimento sobre violência sexual de crianças ou pessoas especialmente vulneráveis; em que medida se sentem agentes de prevenção, procurando perceber-se se se sentem confortáveis e capazes de assumir este papel; e que necessidades sentem em termos formativos nesta matéria.

Globalmente os dois estudos que foram conduzidos permitem-nos dizer que, se por um lado os catequistas sentem que podem ser agentes de prevenção, por outro manifestam alguns receios e sentem existir resistência não só dentro do grupo de catequistas, como na própria comunidade.

Referem em ambos os estudos que os temas que se abordam, geralmente, em programas de prevenção devem ser adequados ao contexto catequético e aos catecismos, mas quando são questionados acerca dos temas específicos da catequese em que poderiam ser integrados temas da prevenção, respondem de forma vaga, sem saber indicar, na prática, que temas poderiam ser adaptados. Estes resultados podem indicar que ainda é necessária uma maior reflexão junto dos catequistas – conduzida através da condução de mais grupos focais – e mais ações de sensibilização.

Sobre as temáticas a ser abordadas, é evidente a necessidade formativa, não só ao nível dos temas associados à prevenção do abuso sexual, desconstruindo a ideia de que falar de abuso é falar de identidade de género, procurando-se compreender também regras e códigos de conduta (Agulhas et al., 2023), tendo em conta a dificuldade sentida em compreender o que pode ser considerado abuso e o que é apenas um gesto de afeto. A este propósito, há organizações dentro da Igreja Católica que já têm códigos de conduta e práticas de proteção e cuidado, sendo exemplo: nos Escuteiros, o Movimento Seguro, na Província Portuguesa da Companhia de Jesus, o Serviço de Proteção e Cuidado e podemos também destacar a Cáritas.

De um modo geral, os catequistas reconhecem a importância da prevenção do abuso sexual de crianças e jovens no contexto da catequese, o que vai ao encontro da literatura, que afirma que a Igreja reconhece a relevância de estabelecer contextos seguros e protetores, implementando métodos que permitam detetar, sinalizar e acompanhar, sendo, por isso, essencial investir em estratégias de prevenção primária (Agulhas et al., 2023). A prevenção primária ou universal visa aumentar o conhecimento sobre agressões sexuais e reduzir a

vulnerabilidade das crianças face a abusos sexuais. Caso tenham sido vítimas, incentivá-las a comunicar o sucedido e a procurar apoio. O objetivo da prevenção é que a criança consiga identificar situações de abuso, perceba que esses comportamentos são rejeitados pela sociedade e seja munida com estratégias para resistir e pedir ajuda, seguindo os três R's da segurança: reconhecer, resistir e revelar. A prevenção deve incluir não só a criança, como também os adultos que desempenham um papel importante nos diferentes contextos em que ela se insere, neste caso, no contexto de catequese (Alvarez, 2024; Grupo Vita n.d.).

Em alguns países, nomeadamente em Espanha, recorre-se ao conceito de *buen trato* (i.e., bom trato), que consiste em destacar a importância de relações pautadas por respeito mútuo, valorização e reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes. Estas relações equilibradas e empáticas criam um ambiente de cuidado e apoio emocional, essencial para o desenvolvimento e bem-estar dos mais novos. Segundo a *Ley Orgánica* 8/2021, de 4 de Junho, o *buen trato* respeita os direitos fundamentais das crianças e adolescentes e promove valores como a dignidade, a convivência pacífica, a igualdade de oportunidades, o direito a igual proteção segundo a lei e a não discriminação (Asociación Periferia, 2022). Também o artigo 19.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, refere esta necessidade de proteção das crianças contra qualquer forma de maus-tratos (UNICEF Portugal, 2019). Esta cultura de cuidado e de proteção pode e deve ser estendida aos vários contextos em que a criança se insere, nomeadamente às catequese, que é um contexto privilegiado já que está em contacto direto com as crianças de forma regular e, por estar ligado à religião, é um ambiente que naturalmente transmite segurança, conforto e tranquilidade. Todavia, existem alguns fatores que condicionam as catequese como contextos de prevenção, na perspetiva dos próprios catequistas: o primeiro, é a falta de tempo - os catequistas consideram que não é em 1h ou 2h semanais com os seus grupos de crianças e jovens que conseguem abordar temáticas preventivas e os conteúdos catequéticos habituais. Além disso, segundo a literatura, uma prevenção eficaz precisa ser realizada ao longo do tempo (Ver Ferragut, Cerezo, Ortiz-Tallo, & Rodríguez-Fernandez, 2023). Em estudos futuros seria interessante compreender em que medida abordar estas questões de forma contínua, uma vez por semana por exemplo, seria eficaz; o segundo, é o facto de sentirem que não é da sua responsabilidade a abordagem deste tema, atribuindo esta responsabilidade às famílias; e o terceiro, é o facto de não se sentirem capazes e com formação para abordarem o tema com as crianças. Esta falta de capacitação, que foi mencionada tanto no estudo 1 como no estudo 2, remete para o modelo COM-B, que também já foi mencionado anteriormente. Para efetivamente existir uma mudança de comportamento por parte dos

catequistas no que refere à abordagem de temáticas de prevenção nas catequeses, há um conjunto de fatores que precisam de ser trabalhados, mais especificamente, a Capacidade (C) , a Oportunidade (O) e a Motivação (M). Segundo este modelo, para que ocorra uma mudança de comportamento, é necessário que a pessoa sinta que tem competências, oportunidade e vontade para o executar (Social Change UK, s.d). Desta forma, os catequistas consideram que não têm tempo de abordar a temática (Oportunidade), não sentem que é da sua responsabilidade (Motivação) e não se sentem capacitados para tal (Capacidade), o que significa que, para integrarem programas de prevenção nas suas catequeses, terá de haver uma mudança nestes três fatores. Por se tratar de um tema sensível e ainda considerado como tabu aos olhos da sociedade, este processo de mudança pode ser moroso.

Outro aspeto que os catequistas referiram em ambos os estudos, é a importância de envolver as famílias, mais concretamente os pais, nestas ações de prevenção. De acordo com a literatura, os programas de prevenção não devem ser exclusivamente dirigidos às crianças, é necessário implementar abordagens sistémicas e holísticas que incluam os diferentes contextos em que as crianças estão inseridas, responsabilizando e capacitando os adultos em matéria de prevenção do abuso sexual. Assim, as iniciativas para sensibilizar os adultos baseiam-se em 4R's: Regras – distinguir entre o que é certo e errado na relação com o outro; Respeito – distinguir relações saudáveis de abusivas e incentivar a vítima a revelar a agressão sexual; “Read” – capacitar para identificar os sinais de alerta nas relações e nos contextos que a vítima se insere; e Responsabilidade – informar sobre os procedimentos a seguir para garantir a segurança das crianças e adultos vulneráveis, capacitando-os para uma escuta eficaz e para o encaminhamento de todas as situações (Agulhas et al., 2023).

Além do modelo COM-B, existe outro que sugere outros fatores que influenciam na mudança de comportamento: a Teoria da Ação Planeada (Ajzen, 1985). O fator principal desta teoria é a intenção da pessoa em realizar um comportamento específico (Beck & Ajzen, 1991). De acordo com esta teoria, a intenção de mudar o comportamento é influenciada pela atitude, pela norma subjetiva e pelo controlo comportamental percebido. Concretamente, a atitude refere-se à predisposição de uma pessoa para dar resposta a algo ou alguém, sendo influenciada pelas crenças que tem acerca das consequências desse comportamento; a norma subjetiva diz respeito às perceções e expectativas que uma pessoa tem sobre as pessoas que são importantes para si e que influenciam as suas escolhas, sendo que resulta das crenças normativas (i.e., expectativas dos outros em relação ao comportamento de alguém) e a motivação que o

indivíduo tem para seguir essas crenças; e o controlo comportamental percebido tem que ver com o grau de facilidade com que a pessoa acredita poder realizar determinada ação. Estes três fatores funcionam como preditores da intenção de adotar um comportamento específico (Correia, etl al., 2018), isto é, quanto mais positiva for a atitude e as normas sociais que o indivíduo reconhece, assim como maior a perceção de controlo que possui, maior será a probabilidade desse comportamento ocorrer (Beck & Ajzen, 1991). Em estudo futuros, seria interessante e pertinente mapear melhor as atitudes dos catequistas, por forma a compreender em que medida as suas crenças são predictoras da sua intenção para agir no sentido de se envolverem em iniciativas preventivas de forma sistemática e regular.

Adicionalmente, considera-se conveniente a realização de mais estudos que permitam aprofundar o facto de os catequistas relacionarem o abuso sexual com a ideologia de género.

Finalmente, esta temática constitui um assunto novo em Portugal (Strecht et al., 2023), trazido pela mediatização e que, só agora, está a começar a ser falado. É, por isso, um estudo inovador, uma vez que, além de estar a introduzir-se uma nova compreensão sobre esta problemática, estão também a procurar entender a perceção de um público alvo específico (i.e., catequistas) acerca do abuso sexual. Ainda assim, considera-se oportuno realizar outros estudos para ajudar e aprofundar esta compreensão.

Com base no trabalho desenvolvido, conclui-se que a prevenção do abuso sexual infantil nas catequese ainda se encontra numa fase embrionária. Não obstante é um caminho que está a ser feito.

Este estudo tem, assim, um cariz inovador, e vem contribuir para uma compreensão mais alargada da forma como se aborda a temática do abuso sexual, tendo em conta a importância da prevenção, o envolvimento de toda a comunidade e dos contextos em que as crianças se inserem. Criar comunidades mais empoderadas e capazes promovendo o conhecimento e uma cultura de cuidado e de proteção, fará com que as crianças e jovens se sintam mais informadas, seguras e capazes para lidar com possíveis situações de agressão sexual (Russell et al., 2024).

Futuramente, será pertinente continuar a desenvolver estudos com catequistas procurando analisar as suas crenças sobre a problemática do abuso sexual

Em suma, considera-se que este estudo pioneiro em Portugal pode ser o ponto de partida para uma compreensão integral do abuso sexual no contexto religioso, mais especificamente com os catequistas, podendo ser relevante para a construção de programas de prevenção e de ações formativas adaptadas a este contexto.

## Referências

Agulhas, R., Anciães, A., Alexandre, J., Neo-Costa, J., Barroso, R., Ramalho, D., Vergamota, J., & Mota, M. (2023). *Manual de Prevenção da Violência Sexual contra Crianças e Adultos Vulneráveis no Contexto da Igreja Católica em Portugal*. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa.

Agulhas, R., Figueiredo, N., & Alexandre, J. (2016). *Vamos prevenir! As aventuras do Búzio e da Coral – Jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças dos 6 aos 10 anos*. Sílabo

Ajzen, I. (1985). From intentions to actions: A theory of planned behavior. In *Action control: From cognition to behavior* (pp. 11-39). Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg.

Alexandre, J. D., Agulhas, R., Carvalho, H., & Lopes, C. (2021). Aventuras do Búzio e da Coral – Benefícios do jogo de prevenção universal do abuso sexual para crianças em idade escolar. *Análise psicológica*, 39, 53-64.

Alexandre, J., Agulhas, R., & Lopes, C. (2017). *Picos e Avelã à descoberta da floresta do tesouro!*. Ideias com História.

Ali, S., Pasha, S. A., Cox, A., & Youssef, E. (2024). Examining the short and long-term impacts of child sexual abuse: a review study. *SN Social Sciences*, 4(2), 56. <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s43545-024-00852-6.pdf>

Alvarez, M.J., Marques-Pinto, A., Miranda, G., Melo, R., Baptista, V., Duarte, B., Raimundo, R. & Marôco, J. (2010). Avaliação do Projecto Integrado para a Prevenção do Abuso Sexual (PIPAS): *Estudo preliminar*. *Psychologica*, 52, 231-252.

Alvarez, M. J. (s.d.). *Prevenção primaria do abuso sexual*. Grupo Vita. <https://grupovita.pt/wp-content/uploads/2024/01/Prevencao-primaria-do-abuso-sexual.pdf>

Asociación Periferia. (2022). *Política de protección de la infancia* (Doc. No. 81). <https://www.asociacionperiferia.org/wp-content/uploads/2022/06/DOC.-No-81-POLI%CC%81TICA-DE-PROTECCIO%CC%81N-DE-LA-INFANCIA.pdf>

Assink, M., van der Put, C. E., Meeuwssen, M. W. C. M., de Jong, N. M., Oort, F. J., Stams, G. J. J. M., & Hoeve, M. (2019). Risk factors for child sexual abuse victimization: A



meta-analytic review. *Psychological bulletin*, 145(5), 459–489.  
<https://doi.org/10.1037/bul0000188>

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2022). *Manual CARE: Abordagem e prevenção da violência contra crianças e jovens* (2.<sup>a</sup> ed.). APAV

Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2017). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Editora Vozes Limitada.

Beck, L., & Ajzen, I. (1991). Predicting dishonest actions using the theory of planned behavior. *Journal of Research in Personality*, 25, 285-301. doi: 10.1016/0092-6566(91)90021-H

Berlinen, L., & Elliott, D. M. (2002). Sexual abuse of children. In J. E. B. Myers, L. Berliner, J. Briere, C. T. Hendrix, C. Jenny, & T. A. Reid (Eds.), *The APSAC: Handbook on child maltreatment* (2nd ed., pp. 55-78). Sage Publications

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.

Brito, B., Ferreira, C., Mendes, M., Cardoso, G., Nunes, S., Silvestre, S., & Soeiro, C. (2016). *Manual Care-apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual*.

Butchart, A., Harvey, A. P., Mian, M., & Furniss, T. (2006). *Preventing child maltreatment: A guide to talking action and generating evidence*.

Caplan, G., & Caplan, R. B. (2000). *The future of primary prevention*. *Journal of Primary Prevention*, 21, 131–136. doi:10.1023/A: 1007062631504

Coelho, E. B., Silva, A. C., & Lindner, S. R. (2014). *Violência: Definições e Tipologias*. Florianópolis: UFSC

Cohen, J. A., & Mannarino, A. P. (2000). Predictors of treatment outcome in sexually abused children. *Child Abuse & Neglect*, 24(7), 983-994. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(00\)00153-8](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(00)00153-8)

Correia, I., Alves, D., Jarego, M., Lopes, K., Rodrigues, D., Abrantes, L., ... & Timóteo, M. B. (2018). Ser ou não ser praxado? A teoria da ação planeada como modelo para compreender a participação dos caloiros na praxe académica. *Psychologica*, 61(2), 69-91.

Council of Europe. (2015). Child sexual abuse: Tell someone you trust!. <http://www.coe.int/en/web/portal/-/bragi-gudbrandsson-interview-within-the-framework-of-the-world-forum-for-democracy>

Council of Europe. (n.d.). *Pare a violência sexual infantil no desporto*. Human Rights Channel. <https://human-rights-channel.coe.int/stop-child-sexual-abuse-in-sport-pt.html>

Dale, K. A., & Alpert, J. L. (2007). Hiding behind the cloth: Child sexual abuse and the Catholic Church. *Journal of child sexual abuse*, 16(3), 59-74.

Davis, M. K., & Gidycz, C. A. (2000). Child sexual abuse prevention programs: A meta-analysis. *Journal of clinical child psychology*, 29(2), 257-265.

Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março. (1995). *Artigo 172.º*. Diário da República, n.º 63, Série I-A. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/48-1995-185720>

Doyle, T. P. (2003). Roman Catholic clericalism, religious duress, and clergy sexual abuse. *Pastoral Psychology*, 51(3), 189-231.

Duffy, Mary E. (1987). Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods, In *Journal of Nursing Scholarship*, 19 (3), pp. 130-133.

Gibson, L. E., & Leitenberg, H. (2000). Child sexual abuse prevention programs: Do they decrease the occurrence of child sexual abuse? *Child Abuse & Neglect*, 24, 1115-1125. doi:10.1016/S0145-2134(00)00179-4

Gordon, R. (1987). An operational classification of disease prevention. In J. A. Sternberg & M. M. Silverman (Eds.), *Preventing mental disorders* (pp. 20 –26). Rockville, MD: U.S. Department of Health and Human Services

Gushwa, M., Bernier, J., & Robinson, D. (2019). Advancing Child Sexual Abuse Prevention in Schools: An Exploration of the Effectiveness of the Enough! Online Training Program for K-12 Teachers. *Journal of child sexual abuse*, 28(2), 144–159. <https://doi.org/10.1080/10538712.2018.1477000>

Grupo Vita. (n.d.). *Prevenção*. <https://grupovita.pt/prevencao/>

Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348.

Hailes, H. P., Yu, R., Danese, A., & Fazel, S. (2019). Long-term outcomes of childhood sexual abuse: an umbrella review. *The Lancet Psychiatry*, 6(10), 830-839.

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. (2021, novembro 10). *A prevenção primária do abuso sexual de crianças*. Primeiros Anos. <https://primeirosanos.iscte-iul.pt/2021/11/10/a-prevencao-primaria-do-abuso-sexual-de-criancas/>

Jenkins, P. (1996). *Pedophiles and priests: Anatomy of a contemporary crisis*. New York, NY: Oxford University Press.

Kenny, M. C., Capri, V., Ryan, E. E., & Runyon, M. K. (2008). Child sexual abuse: from prevention to self-protection. *Child Abuse Review: Journal of the British Association for the Study and Prevention of Child Abuse and Neglect*, 17(1), 36-54.

Kitzinger, J. (2000). Focus groups with users and providers of health care. In C. Pope & N. Mays (Eds.), *Qualitative research in health care* (2nd ed., pp. x-x). BMJ Books.

Kleemeier, C., Webb, C., Hazzard, A., & Pohl, J. (1988). *Child sexual abuse prevention: Evaluation of a teacher training model*. *Child Abuse & Neglect*, 12(4), 555-561. doi:10.1016/0145-2134(88)90072-5

Krug, E. G. (2002). World report on violence and health. *World Health Organization*, 12.

Lifeway Research. (2019, outubro 4). *7 myths the church believes about sexual abuse*. <https://research.lifeway.com/2019/10/04/7-myths-the-church-believes-about-sexual-abuse/>

Lopes, A. C. A. (2017). *“Picos e Avelã à descoberta da Floresta do Tesouro!” – Construção de um Programa de Prevenção Primária de Abuso Sexual para crianças em idade pré-escolar* (Master's thesis, ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal)).

Maniglio, R. (2011). The role of child sexual abuse in the etiology of suicide and non-suicidal self-injury. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 124(1), 30-41.

Martyniuk, H., & Dworkin, E. (2011). *Child sexual abuse prevention: Programs for children*. [http://www.nsvrc.org/sites/default/files/Publications\\_NSVRC\\_Guide\\_Child-Sexual-Abuse-Preventionprograms-for-children.pdf](http://www.nsvrc.org/sites/default/files/Publications_NSVRC_Guide_Child-Sexual-Abuse-Preventionprograms-for-children.pdf)

Merton, R.K., Fiske, M. and Kendall, P.L. (1990) *The Focused Interview: A Manual of Problems and Procedures*. 2nd Edition, Free Press, New York.

Minayo, M. C. S. (2000). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (7ª ed.). São Paulo: Hucitec.

- Morgan, D. L. *Focus group as qualitative research*. London: Sage, 1997.
- Mota, D., & Manita, C. (2021). Grooming online: prevenção, intervenção e respostas do setor educacional.
- McElvaney, R. (2013). Disclosure of child sexual abuse: Delays, non-disclosure and partial disclosure. what the research tells us and implications for practice. *Child Abuse Review*, 24(3), 159-169. <https://doi.org/10.1002/car.2280>
- Neves, J. L. (1996). *Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades*. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, 1(3), 1-5.
- Ng, Q. X., Yong, B. Z. J., Ho, C. Y. X., Lim, D. Y., & Yeo, W. S. (2018). Early life sexual abuse is associated with increased suicide attempts: An update meta-analysis. *Journal of psychiatric research*, 99, 129-141.
- Nickerson A. B., Livingston J. A., Kamper-DeMarco K. (2018). Evaluation of second step child protection videos: A randomized controlled trial. *Child Abuse & Neglect*, 76, 10–22. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.10.001>
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2023). *Vamos falar sobre abuso sexual*. [https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/opp\\_vamosfalarsobreabusosexual\\_documento.pdf](https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/opp_vamosfalarsobreabusosexual_documento.pdf)
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods* 2nd ed.(Newberry Park, CA, Sage).
- Prazeres, V., Perdigão, A., Menezes, B., Almeida, C., Machado, D., & Silva, M. (2014). *Violência interpessoal-Abordagem, diagnóstico e intervenção nos serviços de saúde*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- Reitsema, A. M., & Grietens, H. (2016). Is anybody listening? The literature on the dialogical process of child sexual abuse disclosure reviewed. *Trauma, Violence, & Abuse*, 17(3), 330–340.
- Russell, D. H., Trew, S., Harris, L., Dickson, J., Walsh, K., Higgins, D. J., & Smith, R. (2024). *Engaging Parents in Child-Focused Child Sexual Abuse Prevention Education Strategies: A Systematic Review*. *Trauma, Violence, & Abuse*, 25(4), 3082-3098. <https://doi.org/10.1177/15248380241235895>

(s.d.). Conferência Episcopal Portuguesa. <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/>

Souza, L. K. D. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos brasileiros de psicologia*. Rio de Janeiro. Vol. 71, n. 2 (maio/ago. 2019), p. 51-67.

Serviço Nacional de Saúde. (2023). *Emoções, relações e violência*. SNS 24. <https://www.sns24.gov.pt/guia/emoco-es-relacoes-e-violencia/#o-que-e-a-violencia>

Sistema de Segurança Interna. (2019). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2019*. [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/14Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20\(RASI\)/RASI2019.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/14Relatório%20Anual%20de%20Segurança%20Interna%20(RASI)/RASI2019.pdf)

Sistema de Segurança Interna. (2020). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2020*. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDQ1NAUABR26oAUAAAA%3D>

Sistema de Segurança Interna. (2021). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2021*. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNLI0NgcAIUgtZwUAAAA%3D>

Sistema de Segurança Interna. (2022). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2022*. <https://apcd.pt/web/wp-content/uploads/rasi-2022-compressed.pdf>

Sistema de Segurança Interna. (2023). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2023*. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDEyNgEApqka1wUAAAA%3D>

Social Change UK. (n.d.). *A guide on the COM-B Model of Behaviour*. [https://social-change.co.uk/files/02.09.19\\_COM-B\\_and\\_changing\\_behaviour\\_.pdf](https://social-change.co.uk/files/02.09.19_COM-B_and_changing_behaviour_.pdf)

Strecht, P., Lúcio, Á. L., Almeida, A. N. D., Vasconcelos, C., Sampaio, D., Tavares, F., Mendes, F. A., Garraio, J., de Carvalho, R. A., Pinto, S. R., & Pires, C. (2023). *Comissão independente para o estudo dos abusos sexuais de crianças na Igreja Católica Portuguesa, 1950-2022: Relatório final*. Comissão Independente.

Topping, K. J., & Barron, I. G. (2009). School-based child sexual abuse prevention programs: A review of effectiveness. *Review of educational research*, 79(1), 431-463.

UNICEF Portugal. (2019). Convenção sobre os Direitos da Criança. UNICEF Portugal.

United Nations Children's Fund. (2014). *Hidden in plain sight: A statistical analysis of violence against children*. <https://www.unicef.org/reports/hidden-plain-sight>

UNICEF (2024). *When Numbers Demand Action: Confronting the global scale of sexual violence against children*. UNICEF, New York, 2024

Veiga, L., & Gondim, S. M. G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião pública*, 7, 1-15.

West, R., & Michie, S. (2020, April 9). *A brief introduction to the COM-B Model of behaviour and the PRIME Theory of motivation*. <https://www.qeios.com/read/WW04E6.2>

Winters, G. M., Colombino, N., Schaaf, S., Laake, A. L., Jeglic, E. L., & Calkins, C. (2020). Why do child sexual abuse victims not tell anyone about their abuse? An exploration of factors that prevent and promote disclosure. *Behavioral Sciences & the Law*, 38(6), 586-611.

World Health Organization. (2006). *Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence*. World Health Organization.

World Health Organization. (1999). *Report of the consultation on child abuse prevention, 29-31 March 1999, WHO, Geneva* (No. WHO/HSC/PVI/99.1). World Health Organization.



## Anexos

### Anexo A – Avaliação de Necessidades: Questionário Qualtrics – Estudo 1

## Avaliação Necessidades CDCatequese

---

Start of Block: Default Question Block

Q1

*"Capacitar para melhor cuidar"*

O Grupo VITA tem como objetivo dinamizar ações de sensibilização e formação para os diferentes membros (clérigos e leigos) da Igreja, bem como capacitar os catequistas. Neste contexto, de modo a avaliar as necessidades e definir um plano de ação concertado, pedimos que cada catequista responda a este breve questionário, que não lhe tomará mais de 7 minutos. Os dados recolhidos serão tratados apenas pelo Grupo VITA.

Ao avançar, está a consentir participar neste inquérito, tendo compreendido a informação que lhe foi prestada. A sua participação é anónima e voluntária.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração!

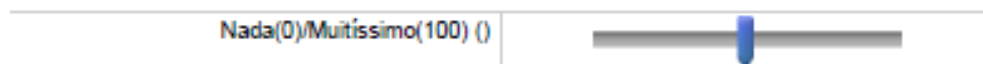
---

Page Break



Q8 Qual o seu nível de conhecimento sobre violência sexual sobre crianças ou pessoas especialmente vulneráveis? (desloque o círculo azul da esquerda para a direita escolhendo a posição que melhor corresponder à sua resposta)

0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100



Page Break

Q16 A prevenção primária ou universal do abuso sexual visa consciencializar para os riscos de potenciais situações abusivas, facultar conhecimentos adequados à idade e maturidade das crianças e jovens e promover competências de proteção. Habitualmente os temas abordados são:

- corpo e toques (adequados/desadequados);
- segredos (bom/maus);
- emoções (por ex., vergonha, culpa);
- saber dizer sim/dizer não;
- uso saudável da internet;
- pedir ajuda.

Q9 Face ao exposto, quão confortável se sente a abordar estes temas com o seu grupo de catequizandos? (desloque o círculo azul da esquerda para a direita escolhendo a posição que melhor corresponder à sua resposta)

0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

Nada(0)/Muitíssimo(100) ( )



Q17 Enquanto catequista, alguma vez abordou estes temas com os seus grupos de crianças ou jovens?

- ☐ Não. (1)
- ☐ Sim. (2)

Q18 Se sim, com que frequência?

☐ Uma vez (1)

☐ Pontualmente (2)

☐ Frequentemente. Especificar: (4)

☐ Muito frequentemente. Especificar: (5)

Q19 Se sim, de que modo:

☐ Recurso a materiais disponíveis. Indicar quais: (1)

☐ Outro. Especificar: (3)

Q11 Em que medida considera viável integrar materiais lúdicos de prevenção do abuso sexual pensados para o efeito, nos seus grupos de catequese? (desloque o círculo azul da esquerda para a direita escolhendo a posição que melhor corresponder à sua resposta)

0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

Nada(0)/Muitíssimo(100) ( )



**Q21 Sente que para considerar a possibilidade de integração desses materiais nos seus grupos de catequese, uma formação prévia seria fundamental?**

- ☐ Sim. (1)
- ☐ Não. (2)
- ☐ Não sei. (3)

---

Page Break

**Q5** Identifique as áreas em que sente necessidade formativa. Selecione uma ou mais das seguintes opções:

- ☐ Dinâmicas específicas da violência sexual (2)
  - ☐ Características das vítimas (9)
  - ☐ Agressores sexuais: compreensão do seu funcionamento (4)
  - ☐ Prevenção primária ou universal do abuso sexual (5)
  - ☐ Elaboração de mapas de risco e código de conduta (6)
  - ☐ Procedimentos de atuação em matéria de violência sexual (8)
  - ☐ Outra. Qual? (7) \_\_\_\_\_
  - ☐ Não tenho qualquer interesse nestas problemáticas (10)
- 

**Q7** Existe alguma questão/sugestão que gostasse de deixar aqui?

---

---

---

---

---

**Q10** Pedimos-lhe por último alguma informação pessoal geral:

---

Q20 Diocese a que pertence?

- ☐ Algarve (22)
  - ☐ Angra (21)
  - ☐ Aveiro (1)
  - ☐ Beja (2)
  - ☐ Braga (3)
  - ☐ Bragança/Miranda (4)
  - ☐ Coimbra (5)
  - ☐ Évora (6)
  - ☐ Funchal (7)
  - ☐ Guarda (8)
  - ☐ Lamego (9)
  - ☐ Leiria/Fátima (10)
  - ☐ Lisboa (11)
  - ☐ Portalegre/Castelo Branco (12)
  - ☐ Porto (13)
  - ☐ Santarém (14)
  - ☐ Setúbal (15)
  - ☐ Viana do Castelo (16)
  - ☐ Vila Real (17)
  - ☐ Viseu (18)
-

Q12 Qual o seu sexo:

- ☐ F (1)
- ☐ M (2)
- ☐ Prefiro não responder (3)
- 

Q13 Idade

---

Q14 Há quantos anos é catequista?

---

Q15 Profissão

---

End of Block: Default Question Block

---

Start of Block: Block 1

---

## Anexo B – Guião do Grupo focal – Estudo 2



### Guião Grupo Focal – Catequistas

Boa tarde a todos.

Primeiramente, gostaríamos de agradecer a vossa disponibilidade em participar neste estudo.

Tal como vos foi comunicado por email, este estudo consiste em explorar a forma como os catequistas se posicionam em relação à temática da prevenção do abuso sexual no contexto da catequese.

Como julgo que sabem, anteriormente foi feita uma avaliação de necessidades com catequistas, e tivemos a oportunidade de ter mais de 2500 catequistas a participar nesta fase.

Em concreto, recolhemos informação sobre se consideram a catequese um contexto adequado para abordar a problemática do abuso sexual, se os catequistas fazem essa abordagem ao tema e, se sim, como, a que materiais recorrem, e se sentem necessidade de formação nesse sentido. Hoje, o que se pretende é a devolução de algumas das respostas dadas no questionário para clarificação de algumas dessas respostas, dando-nos a possibilidade de aprofundar o tema convosco.

(Todos os participantes assinaram já o consentimento informado). Recordo que podem interromper a participação a qualquer momento, bem como retirar o consentimento para o tratamento dos dados pessoais, sem ser necessária qualquer justificação.

A sessão será gravada e os dados serão pseudonimizados, ou seja, nenhum dos participantes será, de alguma forma, identificado, uma vez que iremos atribuir depois um número a cada um de vós.

Antes de começarmos, gostaríamos de saber se querem colocar alguma questão.

(Espaço para os participantes colocarem questões).

**Antes de vos devolvermos alguns resultados aproveito para vos colocar um conjunto de questões iniciais, pode ser?**



**Questões:**

1. Qual o papel dos catequistas na prevenção do abuso sexual? Podem os catequistas ser um dos agentes dessas iniciativas de prevenção?
2. Que temas concretos acham que são habitualmente abordados, em programas de prevenção do abuso sexual de crianças? Na avaliação de necessidades alguns dos participantes mencionaram que abordam temas como as emoções, o perigo da internet, o toque e a forma como tocamos, o pedir ajuda, saber dizer não e o bullying que pode avançar para abusos.
  - a. O que vos parecem temas? (se fazem ou não sentido)
  - b. Se para além destes acham que se abordam outros. (em função das respostas dadas refere o seguinte) - De uma forma geral, os programas de prevenção do abuso sexual de crianças abordam os seguintes temas (explicar brevemente cada um deles):
    - a) **Corpo/partes privadas:** ajudar as crianças a distinguir as partes privadas e não privadas do seu corpo;
    - b) **Toques:** identificar as situações em que, efetivamente, as suas partes privadas podem ser tocadas, como por exemplo, em contextos de saúde ou de higiene.
    - c) **Segredos:** o segredo imposto pelo agressor ou percebido pela criança, denominado segredo mau - que gera emoções desconfortáveis como o nojo, a raiva, a vergonha e que está muitas das vezes associado a situações de ameaça.
    - d) **Emoções:** emoções como a tristeza, a zanga, o medo, a vergonha ou a culpa podem emergir relacionadas com toques ou conversas sobre as partes privadas. As crianças devem aprender que qualquer situação que lhes gere emoções desagradáveis deve ser relatada a um adulto.
    - e) **Dizer sim e dizer não:** A criança tem o direito de dizer que sim e dizer que não. Dizer que não aos toques que geram desconforto ou estranheza, a conversas sobre as partes privadas ou aos segredos maus.
    - f) **Pedir ajuda:** a criança deve ser capaz de saber identificar situações de risco e desenvolver competências para revelar, quebrando o silêncio que normalmente está relacionado com situações abusivas.

Identificam outro(s) tema(s) que possa(m) também ser relevante(s) para a prevenção do abuso sexual de crianças? Se sim, qual/quais? [Justificar]

3. Em que medida são estes temas passíveis de ser articulados com os ensinamentos que são dados na catequese? Sobre este ponto na avaliação de necessidades as respostas não foram consensuais; para alguns catequistas não faz sentido serem eles/elas a abordar este tema, mas para outros catequistas referiram que até abordam o tema quando este está interligado com alguns aspetos que estejam a abordar na catequese.
  - a. Qual a vossa opinião?
  - b. Para aqueles que disserem que dá para articular: Como se pode fazer essa articulação?
4. Faz sentido um catequista envolver os pais ou outras figuras de referência na comunidade na abordagem do tema do abuso sexual de crianças? Alguns dos participantes da nossa avaliação de necessidades mencionou esta importância (jogar com as várias opções das alíneas em função das respostas):
  - a. Quais os principais obstáculos?
  - b. Porque não vos faz sentido envolvê-los?
  - c. Porque vos faz sentido envolvê-los?
5. No questionário de avaliação de necessidades, grande parte dos participantes responderam que, para abordar o tema da prevenção do abuso sexual, recorrem, por vezes, a materiais como "vídeos", "imagens", "testemunhos", "histórias" e "jogos". Conhecem alguns destes materiais? (pedir exemplos concretos)

Estamos a chegar ao fim deste grupo focal.

Há alguma questão que queriam colocar ou algum comentário que considerem importante fazer? Também podem fazê-lo posteriormente, para o email que consta na declaração de consentimento.

Se a abordagem deste tema vos gerou algum desconforto, e caso entendam que precisam de ajuda, podem contactar as linhas de apoio cujos contactos irei agora colocar no chat.

Informar-vos também que vos será disponibilizado um documento explicativo deste estudo no chat (debriefing).

Obrigada a todos, uma vez mais, pela sua participação.

## Anexo C – Consentimento informado – Estudo 2



### CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito da dissertação da aluna Inês Sofia de Jesus Cordeiro, que se encontra a frequentar o Mestrado de Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco, no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Este projeto de investigação decorre da pesquisa que tem vindo a ser desenvolvida pelo Grupo VITA, (<https://grupovita.pt/>), um grupo que visa acolher, escutar, acompanhar e prevenir situações de violência sexual de crianças e adultos vulneráveis no contexto da Igreja Católica em Portugal. Neste sentido, a dissertação da aluna, é orientada pela professora doutora Joana Alexandre, do ISCTE, e também membro do grupo VITA.

#### *Qual é o objetivo deste estudo?*

Este estudo visa compreender como se posicionam os catequistas relativamente à problemática do abuso sexual, no contexto da Igreja Católica em Portugal. Tem como objetivos compreender a opinião dos catequistas relativamente a esta temática no contexto da catequese, e de que forma poderá ser operacionalizada.

#### *O que é pedido e como se procede em termos de participação?*

Para ser possível compreender a opinião dos catequistas face à prevenção do abuso sexual, será realizado um grupo focal, isto é, uma entrevista de grupo com os catequistas.

Numa primeira fase, foi realizada uma avaliação de necessidades junto de catequistas, e este grupo focal dará continuidade a essa avaliação pretendendo-se agora aprofundar e clarificar algumas ideias e resultados que surgiram dessa primeira avaliação de necessidades.

O grupo focal será realizado com cerca de 8 catequistas, durante uma sessão que tem a duração estimada de 50 minutos e que será gravada.

A participação neste estudo é voluntária, pelo que o participante pode escolher livremente se quer participar ou não. Se escolher participar, pode interromper a sua

participação a qualquer momento bem como retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, sem ser necessária qualquer justificação.

***Quais são os potenciais riscos da participação?***

Não existe um impacto emocional negativo depois de participar em estudos desta natureza, sendo que não se preveem riscos significativos relacionados com a participação neste estudo. Ainda assim, como forma de reduzir algum desconforto que possa surgir após a participação neste estudo, serão disponibilizados alguns contactos de entidades de apoio no final dos grupos focais.

***Como serão tratados os seus dados pessoais?***

A participação neste estudo é estritamente confidencial, pelo que os dados serão pseudonimizados, isto é, os campos que detêm informações pessoais serão substituídos por códigos, tornando-os não identificáveis.

O ISCTE é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, não os divulgando nem partilhando com terceiros. Estes apenas serão conservados até à realização da defesa de dissertação da aluna, após o qual serão destruídos. Os resultados poderão vir a ser divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou publicações científicas, mas sempre garantindo a anonimização da informação recolhida.

***Caso queira, quem posso contactar?***

O Iscte tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email [dpo@iscte-iul.pt](mailto:dpo@iscte-iul.pt). Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Caso pretenda esclarecer alguma dúvida sobre o estudo, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais, nomeadamente, solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, poderá contactar a aluna Inês Cordeiro através do

ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa S.L. Av. das Forças Armadas, 1649-016 Lisboa P, 251 217 903 800  
[www.iscte-iul.pt](http://www.iscte-iul.pt) [www.facebook.com/ISCTEUL](https://www.facebook.com/ISCTEUL) [twitter.com/iscteul](https://twitter.com/iscteul) [www.linkedin.com/company/iscte-iul](https://www.linkedin.com/company/iscte-iul) [www.flickr.com/photos/iscteul/](https://www.flickr.com/photos/iscteul/) [www.youtube.com/user/iscteulv](https://www.youtube.com/user/iscteulv)



seguinte e-mail: [isjco@iscte-iul.pt](mailto:isjco@iscte-iul.pt).

***Consentimento para a Participação***

Eu, \_\_\_\_\_, declaro ter compreendido os objetivos do presente estudo, bem como todos os procedimentos associados ao mesmo, tendo-me sido dada informação explícita de quem posso contactar para possíveis esclarecimentos. Deste modo, aceito a minha participação neste estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com as informações que me foram disponibilizadas.

**Assinatura do participante:**

\_\_\_\_\_

**Data:**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_